



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS  
LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO  
RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

DESENVOLVIMENTOS ESTIMADOS DE CUSTO AMORTIZADO E  
IMPARIDADE SEGUNDO SNCRF  
Caso Prático

Nilton Furtado Almeida  
APR- 2008. 0911

Praia, Abril de 2013



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS  
LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO  
RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

DESENVOLVIMENTOS ESTIMADOS DE CUSTO AMORTIZADO E IMPARIDADE  
SEGUNDO SNCRF  
Caso Prático

Nilton Furtado Almeida  
APR- 2008. 0911

Orientador: Mestre Ivanilde Verónica Tavares Costa

Praia, Abril de 2013

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho, especialmente ao meu filho,  
À minha família que sempre esteve comigo,  
Independentemente da situação  
E aos meus amigos.

## **Agradecimentos**

A realização deste Trabalho de Fim de Curso constitui uma das etapas enquadrado no percurso académico, e que só foi possível graças ao apoio de diversas pessoas, nomeadamente, professores, colegas, amigos e familiares, às quais expresso os meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, vai um especial agradecimento à minha orientadora, **Mestre Ivanilde Verónica Tavares Costa**, pela disponibilidade, paciência, amizade, disposição que sempre mostrou de início ao fim, bem como pelas críticas e sugestões que se revelaram de capital importância para a adequada elaboração deste trabalho, agradecimentos estes estendidos à **minha família**, especialmente ao meu filho, aos meus irmãos e a minha mãe, pela força, coragem, motivação e confiança, alegria que sempre depositaram e acreditaram em mim para a realização do mesmo.

Não poderia deixar de agradecer à **Deus** pela coragem e força que me proporcionou e que possibilitou a realização deste trabalho.

Expresso igualmente os meus agradecimentos a todos os professores do ISCEE, principalmente ao professor **Adalberto de Oliveira Mendes**, pela disponibilidade, apoio e pelas valiosas sugestões que muito contribuíram para a conclusão deste trabalho, ainda ao professor do ISCAL o **Sr. Dr. Fernando Carvalho**, que me despertou a atenção à importância do tema em estudo.

E por último, a todos aqueles que não foram aqui mencionados, mas cujo contributo se revelou importante para a elaboração e conclusão deste trabalho.

## **Resumo**

O tema do Trabalho de Fim de Curso - **“Desenvolvimentos Estimados de Custo Amortizado e Imparidade segundo SNCRF”**, insere-se no âmbito da conclusão da Licenciatura em Contabilidade e Administração – Ramo Administração e Controlo Financeiro ministrada pelo ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais.

O trabalho ora apresentado, espelha uma análise sumária das normas internacionais e do novo normativo nacional no que diz respeito aos instrumentos financeiros com foco em tratamento contabilístico dado pelo método de custo amortizado e reconhecimento de perda por imparidade. Foi preparado com base em consulta de bibliografia especializada e normativos estabelecidos no país, pois permitirá ter acesso tanto a conteúdos teóricos como práticos o que implica um estudo mais abrangente de todos os recursos disponíveis.

O desenvolvimento da temática foi orientado numa primeira etapa através de pesquisa necessária a construção do referencial teórico centrado por um lado na evolução teórica das normas internacionais sobre os instrumentos financeiros e consequentemente o tratamento dado pela nossa norma. Na segunda etapa, os casos práticos apresentam os principais casos de contabilização dos instrumentos financeiros utilizando o método de custo amortizado, e reconhecimento de imparidade de acordo com o SNCRF, e a conclusão que se chegou é que o custo amortizado implica a utilização do método de taxa de juro efectiva menos qualquer perda por imparidade, sendo que o método de taxa de juro efectiva distribui os pagamentos e recebimentos dos juros ao longo do período do instrumento financeiro aplicando a taxa de juro efectiva ao valor a transportar do activo ou de passivo de cada período, e uma entidade que usa o método de custo amortizado reconhece os activos financeiros e passivos financeiros pelo seu valor líquido no balanço, e à data de cada relato financeiro deve avaliar a imparidade de todos os activos financeiros e reconhecer perdas por imparidade, visto que, a imparidade representa uma redução no valor de um activo financeiro ou seja reflecte a depreciação (perda permanente) do valor de um activo financeiro e verifica quando a quantia recuperável for superior ao seu valor contabilístico.

Palavras – chave: Instrumentos Financeiros, Custo amortizado, Imparidade

## **Abstract**

The present Monograph, entitled "**Estimated Developments of Amortized Cost and Impairment according to SNCRF**" falls within the context of the completion of the degree in Accounting and Business Administration - Business Administration and Financial Control taught by ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais

The present work reflects a summarized analysis of international and the new national standards with regard to financial instruments, focusing on accounting treatment given by the amortized cost method and the recognition of impairment loss. That analysis was prepared based on a specialized literature review, along with regulations established in the country. Therefore, it will allow access to both theoretical and practical contents, which implies a more comprehensive study of all available resources.

The development of the theme was geared, in a first stage, towards a theoretical framework construction, centered on one hand, on the theoretical evolution of international standards on financial instruments, and therefore, the treatment given by our national standard. In the second stage, the case studies show the main cases of accounting of financial instruments using the amortized cost method, and the recognition of impairment in accordance with SNCRF. The conclusion reached is that the amortized cost method involves the use of effective interest rate less any impairment loss and the method of effective interest rate distributes the payments and receipts of interest over the period of the financial instrument by applying the effective interest rate to the carrying value of the asset or liability of each period. An entity that uses the amortized cost method recognizes financial assets and financial liabilities on a net basis in the balance, and the date of each financial reporting should assess the impairment of all financial assets and recognize impairment losses. Since impairment represents a reduction in the value of a financial asset, that is, it reflects the depreciation (impairment) of the value of a financial asset and checks when the recoverable amount exceeds its carrying amount.

Keywords: Financial Instruments, amortized cost, Impairment

## Índice

Dedicatória.....	I
Agradecimentos.....	II
Resumo .....	III
Abstract.....	IV
Índice .....	V
Abreviaturas.....	VIII
Lista de Tabelas .....	IX
Lista de Figuras .....	X
Lista de Quadros .....	XI
1. Capítulo 1 – Enquadramento Contextual .....	1
1.1. Introdução e Apresentação do tema .....	1
1.2. Justificação do tema.....	1
1.3. Importância do tema .....	2
1.4. Pergunta de partida .....	3
1.5. Objectivo do estudo .....	3
1.5.1. Objectivo geral .....	3
1.5.2. Objectivos específicos .....	3
1.6. Metodologia .....	3
1.7. Estrutura Prévia do Trabalho .....	4
Capítulo 2 - Enquadramento Teórico-conceptual.....	6
2.1. Breve histórico da evolução de contabilidade em Cabo Verde .....	6
2.1.1. História.....	6
2.1.2. Processo de criação de Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro (SNCRF) .....	9
2.1.2.1. Comissão Nacional de Normalização Contabilística (CNNC).....	11
2.1.2.2. Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados (OPACC) ..	12
2.2. Enquadramento teórico e histórico dos instrumentos financeiros .....	13

2.2.1 Enquadramento e evolução das normas internacionais sobre instrumentos financeiros.....	13
2.3. Custo Amortizado Enquadramento dado ao NRF 16 – Instrumentos Financeiros	19
2.3.1 Enquadramento .....	19
2.3.2 Objectivo e âmbito.....	19
2.3.2.1. Conceitos Fundamentais.....	21
2.3.3 Reconhecimento.....	25
2.3.4 Mensuração dos instrumentos financeiros ao custo amortizado.....	26
2.3.5 Imparidade .....	28
2.3.6 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros.....	30
2.3.7 Divulgações .....	30
2.3.7.1. Balanço – categorias de activos e passivos .....	31
2.3.7.2. Incumprimentos em empréstimos obtidos.....	31
2.3.7.3. Demonstração de resultado e capital próprio – elementos de rendimentos, gastos, ganhos e perdas .....	32
2.3.7.4. Riscos relativos a instrumentos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado .....	32
Capítulo 3 – Análise Prática da contabilização dos Instrumentos Financeiros ao custo amortizado e imparidade .....	33
3.1 Caso prático nº 1a) – Tratamento contabilístico de venda com pagamento diferido.....	33
3.2 Caso prático nº1b) – Tratamento contabilístico de perdas por imparidade e reversão .....	38
3.3 Caso prático nº 2 – Tratamento contabilístico dado ao Empréstimo Obrigacionista.....	40
3.4 Caso prático nº 3 – Tratamento contabilístico dado ao Empréstimo Bancário com taxa de juro fixo .....	44
Capítulo 4 Principais Conclusões e Recomendações .....	49
4.1 Contribuição para a Comunidade Académica.....	49



4.2	Limitações encontradas.....	49
4.3	Recomendações e sugestões para trabalhos futuros.....	50
4.4	Conclusões finais .....	50
	Referências bibliográficas.....	54

## **Abreviaturas**

§ - Parágrafo

**ANMCV** – Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde

**BCV** – Banco de Cabo Verde

**CEE** – Comunidade Económica Europeia

**CNNC** – Comissão Nacional de Normalização Contabilística

**DGCI** – Direcção Geral das Contribuições e Impostos

**FASB** – Financial Accounting Standard Board

**FCAG** – Financial Crisis Advisory Group

**IAS** - International Accounting Standards

**IASB** – International Accounting Standards Board

**IASC** – International Accounting Standards Committee

**IF** – Instrumentos Financeiros

**IFAC** – International Federation of Accountants

**IFRIC** – International Financial Reporting Interpretations Committee

**IFRS** – International Financial Reporting Standard

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**ISCAL** – Instituto Superior de contabilidade e Administração de Lisboa

**ISCEE** – Instituto Superior das Ciências Económicas e Empresarias

**IUR** – Imposto Único sobre Rendimento

**IVA** – Imposto sobre Valor Acrescentado

**NIC** – Norma Internacional de Contabilidade

**NRF** – Norma de Relato Financeiro

**OPACC** – Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

**PNC** – Plano Nacional de Contabilidade

**RIUR** – Regulamento sobre Imposto Único sobre Rendimento

**SIC** – Standing Interpretations Committee

**SNCN** – Sistema de Normalização Contabilística Nacional

**SNCRF** – Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro

**TFC** – Trabalho Fim do Curso

**TIR** – Taxa Interna de Rentabilidade

**UE** – União Europeia

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1: Mapa de Amortização da dívida do cliente .....	34
Tabela 2: Contabilização de Venda da maçã - Método de custo.....	35
Tabela 3: Contabilização da entrada inicial - Método de custo.....	35
Tabela 4: Reconhecimento da 1ª prestação e juros do período - Método de custo .....	36
Tabela 5: Reconhecimento da 2ª prestação e juros do período - Método do custo .....	36
Tabela 6: Contabilização de Venda da maçã - custo amortizado .....	37
Tabela 7: Contabilização da entrada inicial - Custo amortizado .....	37
Tabela 8: Reconhecimento da 1ª prestação e juros do período - Custo amortizado.....	37
Tabela 9: Reconhecimento da 2ª prestação e juros do período - Custo amortizado.....	38
Tabela 10: Reconhecimento da perda por imparidade .....	39
Tabela 11: Reversão da perda por imparidade .....	40
Tabela 12: Mapa de amortização da dívida do empréstimo obrigacionista .....	41
Tabela 13: Aquisição das obrigações .....	42
Tabela 14: Recebimento do 1º cupão anual.....	42
Tabela 15: Recebimento do 2º cupão anual.....	43
Tabela 16: Recebimento do 3º cupão anual.....	43
Tabela 17: Recebimento do 4º cupão anual.....	44
Tabela 18: Recebimento do 5º cupão anual e do reembolso acima do par.....	44
Tabela 19: Cálculo de TIR - Empréstimo Bancário com taxa de juro fixo .....	45
Tabela 20: Mapa da dívida, empréstimo bancário com taxa de juro fixo .....	45
Tabela 21: Reconhecimento do empréstimo em 01 Janeiro de 2013 – taxa de juro fixa ....	46
Tabela 22: Reconhecimento de juros e comissão no ano 2013 – taxa de juro fixa.....	47
Tabela 23: Reconhecimento de juros e comissão no ano 2014 – taxa de juro fixa.....	47
Tabela 24: Reconhecimento de juros e comissão no ano 2015 – taxa de juro fixa.....	47
Tabela 25: Reconhecimento de juros, comissão e reembolso da dívida no ano 2016.....	48

## **Lista de Figuras**

Ilustração 1: Normas alternativas para contabilização dos instrumentos financeiros .....	20
Ilustração 2: Instrumentos financeiros.....	23
Ilustração 3: Mensuração em cada data de relato de instrumentos financeiros.....	26

## **Lista de Quadros**

Quadro 1: Exemplos de activos financeiros .....	22
Quadro 2: Exemplos de passivos financeiros .....	23

## **1. Capítulo 1 – Enquadramento Contextual**

### **1.1. Introdução e Apresentação do tema**

Este trabalho tem por objectivo apresentar linhas gerais para o desenvolvimento do TFC<sup>1</sup> que tem como título **“Desenvolvimentos Estimados de Custo Amortizado e Imparidade segundo SNCRF”** e insere-se no âmbito da conclusão da Licenciatura em Contabilidade e Administração – Ramo Administração e Controlo Financeiro ministrada pelo ISCEE – Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais.

O desenvolvimento económico assenta na informação disponível na tomada de decisões e assim os mercados requerem que a informação financeira fornecida pelas empresas seja preparada e apresentada com necessária qualidade, ou seja de forma fidedigna, transparente e tempestiva. Daí, a harmonização contabilística tem assumindo um papel relevante nas últimas décadas, devido à globalização dos mercados e consequente internacionalização dos negócios.

Neste contexto, a economia é exigente, surgindo a necessidade de harmonização das normas contabilísticas, com vista a facilitar o desenvolvimento de uma linguagem contabilística única, onde os conceitos, termos e valores tenham a mesma interpretação. Isso facilitará um universo mais vasto de compreensibilidade e comparabilidade dos elementos demonstrativos da situação económica e financeira das empresas.

Com a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), com o objectivo de acompanhar os desenvolvimentos havidos nas directivas internacionais quanto à qualidade da informação financeira, o assunto abordado no presente trabalho passou a ser regulamentado pela NRF 16 – Instrumentos Financeiros, que têm por objectivo prescrever o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respectivos requisitos de apresentação e divulgação.

### **1.2. Justificação do tema**

Com a aprovação de Novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), marcou-se uma nova era na história de contabilidade em Cabo Verde, constituindo um grande desafio para os profissionais e académicos, surgiram novas rubricas e conceitos que merecem uma atenção especial.

---

<sup>1</sup> TFC – Trabalho de Fim de Curso

No caso particular das instituições bancárias cabo-verdianas, e sem perder de vista o interesse que congrega em matéria de estabilidade financeira, essa atenção tem sido redobrada, dando origem a um aceso debate sobre efectividade dos critérios de valorização de créditos baseados na imparidade e a uma controvérsia insanável sobre casamento de dois mundos aparentemente incompatíveis entre as perdas esperadas, baseadas em probabilidade de incumprimento que refletem o comportamento passado, e a imparidade baseada na noção de perda incorrida, de carácter prospectivo.

No contexto de globalização, estas exigências têm criado a necessidade de se produzir cada vez mais e melhor informação, originando recentemente o desenvolvimento, de algum modo assinalável, de normas que visam harmonizar o cômputo, apresentação, reconhecimento, mensuração e divulgação, as quais as empresas cabo-verdiana devem aplicar.

### **1.3. Importância do tema**

A escolha do tema é movida pela vontade profunda de consolidar os conhecimentos nesta matéria e ainda de fornecer um maior esclarecimento e aperfeiçoamento do estudo de instrumentos financeiros, em particular no que concerne a contabilização dos instrumentos financeiros ao método de custo amortizado e reconhecimento das imparidades que daí advém, de acordo com SNCRF de Cabo Verde.

A necessidade de se produzir cada vez mais e melhor informação, coaduna com o desenvolvimento da globalização das economias e dos mercados, e, consequentemente, com as exigências impostas pelos investidores e pelos mercados de capitais, bem como a importância que tem sido atribuída às normas de contabilidade publicadas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Por um lado, atendendo à importância atribuída aos instrumentos financeiros, mais concretamente a mensuração ao custo amortizado e imparidade, afiguram-se deste modo, como um tema importante pelos seus reflexos práticos, nomeadamente ao nível das empresas cabo-verdianas e constituindo o processo de desenvolvimento e harmonização das normas contabilísticas matéria de importância incontornável no contexto da actividade bancária, se considera o trabalho como uma contribuição relevante e muito útil para melhor se perceber as alterações que se perfilam no plano do cálculo da imparidade e o aperfeiçoamento profissional, principalmente dos empregados e técnicos bancários.

#### **1.4. Pergunta de partida**

Tendo em consideração a especificidade deste trabalho, definimos como pergunta de partida “de que forma a mensuração ao custo amortizado e efeitos de imparidades pode alterar a posição financeira e performance de uma entidade?”

#### **1.5. Objectivo do estudo**

##### **1.5.1. Objectivo geral**

O objectivo da elaboração deste trabalho consiste em demonstrar o efeito dos desenvolvimentos estimados do custo amortizado e imparidades segundo o SNCRF em Cabo Verde nas demonstrações financeiras.

##### **1.5.2. Objectivos específicos**

Para alcançar os objectivos propostos para a realização deste trabalho de fim de curso e, tendo em consideração a importância dos instrumentos financeiros na vida de uma empresa, pretende-se abordar alguns assuntos/conceitos relacionados com o tema que é tratado tanto em normas internacionais como nacionais, essencialmente os seguintes:

- Definir os conceitos, custo amortizado, activo e passivo financeiro;
- Identificar os instrumentos financeiros que devem ser mensurados ao custo amortizado;
- Avaliar a imparidade dos activos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Desreconhecer um activo e passivo financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Mensurar os passivos financeiros que se pretendem manter até liquidação, ao método de custo amortizado;
- Divulgar as informações que permitam aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliarem a posição financeira, a natureza e a extensão dos riscos associados aos instrumentos financeiros e ainda avaliar a política de gestão daqueles riscos;
- Apresentar e demonstrar os casos práticos de contabilização dos instrumentos financeiros pelo método de custo amortizado e reconhecimento da perda por imparidade.

#### **1.6. Metodologia**

De forma a atingir os objectivos descritos e tendo em conta a especificidade do tema pretende-se usar como metodologia análise documental, pois permitirá ter acesso tanto a



conteúdos teóricos como práticos o que implica um estudo mais abrangente de todos os recursos disponíveis designadamente:

- Consulta bibliográfica diversa relacionada com os instrumentos financeiros, custo amortizado e imparidades;
- Consulta de documentação oficial e privada sobre a matéria em questão e documentação avulsa na WEB e nas revistas técnicas e especializadas;
- Tratamento de casos práticos sobre os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, e reconhecimento de imparidade, com base nos vários casos práticos existentes nos manuais de exercícios práticos sobre o assunto em estudo.

### **1.7. Estrutura Prévia do Trabalho**

O trabalho que se apresenta encontra-se estruturado em quatro capítulos assim distribuídos:

- **Capítulo I – Introdução**

Neste capítulo, se expõe o enquadramento contextual do trabalho, nomeadamente, apresentação e justificação do tema, sua importância, os objectivos geral e específicos, a metodologia a utilizar e estrutura global do trabalho resumindo os principais capítulos a desenvolver.

- **Capítulo II – Enquadramento Teórico-conceptual**

Neste capítulo, se apresenta, essencialmente, a sustentação teórica e conceptual do trabalho, sobre o qual se assenta o mesmo com referência para breve histórico da evolução de contabilidade em Cabo Verde, do processo de criação do Novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro em Cabo Verde, enquadramento e evolução das Normas Internacionais sobre instrumentos financeiros; os principais aspectos do Custo Amortizado com enquadramento dado ao instrumento financeiro pela NRF 16, IAS 32, IAS 39 e IFRS 7; Reconhecimento e Mensuração de Instrumentos Financeiros (IF); Imparidade - Reconhecimento e Mensuração; Divulgações; Reconhecimentos e Desreconhecimentos de activos e passivos financeiros, exposição e definição dos principais conceitos de instrumentos financeiros essencialmente o conceito de activo e passivo financeiro, custo amortizado, método de juro efectivo, taxa de juro efectivo, custos de transação, instrumentos de capital próprio, imparidade e incobrabilidade de activos financeiros escriturados pelo custo amortizado.

- **Capítulo III – Caso Prático**

Este Capítulo, apresenta os principais casos de contabilização dos instrumentos financeiros utilizando o método de custo amortizado, e reconhecimento de imparidade de acordo com o SNCRF.

## **Capítulo 2 - Enquadramento Teórico-conceptual**

### **2.1. Breve histórico da evolução de contabilidade em Cabo Verde**

#### **2.1.1. História**

Na década dos anos 80, figurava do Programa de Governo para 1981 a 1985, no quadro geral das medidas de reforma, a instituição de um Plano Nacional de Contabilidade (PNC), com o objectivo não só, de melhorar a eficiência da economia, como também de visar o desenvolvimento e a consolidação do aparelho produtivo do Estado.

Em 1981, dado a grande importância para o desempenho das funções do Estado, e tendo claramente a noção da necessidade e das vantagens da aplicação de um Plano Nacional de Contabilidade e, simultaneamente, das dificuldades que enfraqueciam a máquina governamental, o Estado passou a promover, desde aquela altura, no seio do sector empresarial, a preparação das condições que facilitem a adopção e aplicação de um plano de contas normalizado para todas as empresas do País, públicas, mistas, privadas e cooperativas, que visa fundamentalmente satisfazer as necessidades dos diversos utilizadores, nomeadamente:

- Estado (controlo, planificação económica, estatística nacional, contabilidade nacional, fisco, etc.);
- Sindicatos e outras associações;
- Trabalhadores das próprias empresas;
- Sócios;
- Credores;
- Financiadores, especialmente o Banco de Cabo Verde;
- Profissionais de contabilidade, de economia e gestão de empresas;
- Ensino.

A aprovação daquele Plano Nacional de Contabilidade só veio a ser realidade passado 4 anos, através do Decreto n.º4/84, publicado em 30 de Janeiro de 1984.

O diploma em referência conferia, no seu artigo 2º, orientações claras, em quais empresas seriam aplicadas o PNC (Plano Nacional de Contabilidade). As empresas públicas e as empresas mistas e com capitais públicos, obrigatoriamente, foram indicadas para, no início do exercício de 1984, aplicarem na íntegra todo o plano de contabilidade.

Algumas outras empresas como o caso as empresas privadas com contabilidade regularmente organizada em virtude do seu rendimento colectável em contribuição industrial serem, obrigatoriamente ou por opção, determinado pelo método de verificação e as cooperativas, só vieram a aplicar o plano, também com carácter obrigatório, no início do exercício de 1985 – dispunha art. 3º do mesmo diploma.

Ainda segundo a introdução técnica do mesmo diploma, diz que o PNC era a adaptação ao condicionalismo nacional, do Plano Oficial de Contabilidade, para as empresas, de Portugal. Por sua vez, representava uma das adaptações mais recentes que fora de Fevereiro de 1977, das várias experiências de normalização contabilística de alguns países, nomeadamente «Plano Europeu» da União Europeia de Peritos Contabilistas, «Plano Internacional» do Comité Internacional de Profissionais de Contabilidade, «Normas de Apresentação de Contas» dos grupos de trabalho de CEE, «Plano Contabilístico Geral» Francês, etc.

O Governo publicou ainda, a 28 de Janeiro do mesmo ano, a Portaria n.º3/84, que estabelece as regras e taxas para as reintegrações e amortizações, com o propósito de obedecer os seguintes princípios:

- Apresentação de uma tabela sintético, simples e de fácil compreensão e consulta, condições que se consideram fundamentais na actual fase de vida das empresas;
- Apresentação dos elementos do Activo Fixo por grupos segundo as contas do balanço, de modo a permitir que a consulta da tabela possa ser executada metodologicamente a partir do respectivo ítem para o qual se pretende calcular a quota de amortização ou reintegração;
- Escolha de uma taxa considerada significativa para cada conta de balanço e sua eleição como taxa genérica, enumeração exaustiva de taxas para todos os elementos do Activo Fixo pertencentes a essa conta que devem ser contemplados com taxa diferentes. A taxa genérica de cada conta é apresentada no fim de cada grupo de elementos do Activo Fixo

Já em 1988 foi publicada a Portaria n.º62/88, de 31 de Dezembro, que regula o limite das provisões para créditos de cobrança duvidosa e provisões para perdas de valor das existências aceites como custos para efeitos fiscais.

Em 1992 foi aprovado o Decreto-Lei nº37/92, de 16 de Abril, que introduziu o regime dos Técnicos de Contas, que vem regulamentar quem deve ser responsável perante Administração Fiscal, pela organização contabilística dos elementos de escrita dos sujeitos passivos para que seja declarado o lucro tributável correctamente apurado. No seu artigo 1º diz que os contribuintes sujeitos ao método de verificação de contribuição industrial deverão possuir nos seus quadros, como trabalhadores dependentes ou em regime de prestação de serviços, um técnico de contas, como responsável da organização contabilística segundo os preceitos do plano nacional de contabilidade e da veracidade dos elementos declarados à Administração Fiscal, e logo no seu artigo 3º especifica quem deve ser um técnico de contas ou seja quais as condições de inscrição como tal.

A Lei de base do Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR) foi aprovada pela Lei nº 127/VI/95 de 26 de Junho e o regulamento pelo Decreto-Lei nº 1/96 de 15 de Janeiro. Esta Lei foi considerada por muitos um avanço incontornável para o país na tributação dos rendimentos e na determinação do lucro real das empresas, que até hoje está em vigor.

Na altura, uma das grandes novidades introduzidas no PNC - Plano Nacional de Contabilidade foi a Lei nº21/VI/2003 de 14 de Julho que aprova o Regulamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado e do Decreto-Lei nº 39/2003 de 20 de Outubro que Regula Imposto Sobre o Valor Acrescentado (Quadro das contas), estes trouxeram uma mais-valia na captação de receitas para o estado.

O Plano Nacional de Contabilidade de 1984 tinha como objectivo, para além dos já apontados acima, adaptar aos condicionalismos nacionais às normas de contabilidade internacionalmente aceites nessa altura. Contudo, conforme podemos constatar, durante 23 anos de aplicação, o Plano Nacional de Contabilidade apresentava uma concepção de estrutura que não acompanhou os vários trabalhos com vista a alcançar uma harmonização contabilística mundial, objectivo máximo da International Federation of Accountants (IFAC), revelando-se de extrema necessidade a adopção de um novo sistema de normalização contabilística e de relato financeiro, moderno, standardizado e de acordo com normas internacionais, e foi assim que em 2008, foi aprovado o Decreto-Lei nº 5/2008, de 5 de Fevereiro, que veio modernizar e introduzir um novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro para Cabo Verde, revogando assim o Plano Nacional de Contabilidade.

### **2.1.2. Processo de criação de Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro (SNCRF)**

A entrada de Cabo Verde na Organização Mundial de Comércio, a parceria especial com a União Europeia, a dinâmica da Economia cabo-verdiana, a criação de uma Praça Financeira em Cabo Verde, a consolidação da Bolsa de Valores de Cabo Verde e a cotação crescente das empresas cabo-verdianas bem como a emissão de obrigações por parte das empresas, exigem que as instituições e o cidadão que vão transaccionar na Bolsa confiem nos relatórios contabilísticos, financeiros e contas bem como na auditoria apresentados por essas empresas, daí resultando a necessidade de Cabo Verde acompanhar essa tendência, pois, são processos actuais, evolutivos e onde a vertente económica se acentua e leva a que se caminhe no sentido de uma determinada convergência na utilização de normas contabilísticas.

Considerando a relevância e actualidade do tema, o Ministério das Finanças passa a ter outra grande preocupação que se prende com a capacidade de prestação de contas por parte das empresas de forma moderna e estandardizada de modo a que as regras contabilísticas usadas em Cabo Verde sejam as mesmas utilizadas em mais de 80% dos países do mundo (emanadas do IASB – International Accounting Standards Board).

Segundo Lima Fortes (Revista Iniciativa), para tomar a decisão de dar este passo importante na modernização do sistema contabilístico existentes de entre outros influenciaram os seguintes motivos:

- Insuficiências do PNC - Plano Nacional de Contabilidade face as exigências actuais de relato financeiro. O PNC apresenta uma concepção de estrutura que não acompanha os vários trabalhos com vista a alcançar uma harmonização contabilística mundial, objectivo máximo da International Federation of Accountants (IFAC), sofrendo somente uma pequena modificação com a entrada em vigor do IVA – Imposto sobre o valor acrescentado em 2004.
- Necessidade de revisão técnica e actualização, nomeadamente dos aspectos conceptuais e terminológicos bem como dos critérios que existiam no sistema contabilístico e atendendo as necessidades de relato financeiro das empresas;

- Necessidade de acompanhar a evolução e a dinâmica contabilística mundial, tornar a contabilidade mais internacional, bem como o alinhamento com os principais parceiros de Cabo Verde, permitindo a intercomunicabilidade horizontal e vertical;
- Harmonizar a tendência para as Empresas cabo-verdianas adoptarem normativos diversos da International Accounting Standards Board (IASB) ou Outros por necessidade de contabilização de novos factos patrimoniais emergentes, bem como de novas necessidades de Relato Financeiro;
- Necessidade de eliminação de dupla contabilidade para as empresas que a tal eram obrigadas;
- Necessidade de dar um salto qualitativo do papel do contabilista no Sistema cabo-verdiano, bem como a modernização do ensino de contabilidade.

Assim, por Despacho 9/2007, de 30 de Julho de 2007, foi criada a Comissão Técnica onde integra, para além de técnicos do Ministério das Finanças, representantes de várias outras instituições como o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), a Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde (ANMCV), a Inspeção-Geral das Finanças, a Direcção Geral da Contribuição e Impostos (DGCI) e o Banco de Cabo Verde (BCV), para coordenar o processo de Modernização do Sistema Contabilístico Nacional, assente em três pilares fundamentais:

- Apresentação de uma proposta do SNCN – Sistema de Normalização Contabilística Nacional adequada às exigências de modernização sentidas, quer pelas empresas quer pelas entidades de seguimento, controlo e avaliação da veracidade dos registos contabilísticos das empresas;
- Operacionalização da Comissão de Normalização Contabilística;
- Promoção da Instalação da Ordem dos Auditores e Contabilistas.

Esta decisão ganhou forma com Despacho 9/2007, de 16 de Agosto de 2007, nomeando a Comissão de Modernização Contabilística com a missão de estruturar e apresentar um novo modelo de contabilidade e de relato financeiro cuja proposta deu origem ao SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro que foi oficializado por via do decreto-lei 5/2008 de 4 de Fevereiro de 2008, decretos normativos e portaria de 29 de Dezembro de 2008, com entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2009.

### **2.1.2.1. Comissão Nacional de Normalização Contabilística (CNNC)**

Esta comissão foi criada pelo Decreto-Lei 43/2008, de 01 de Dezembro, que segundo o Ministério das Finanças (Boletim Oficial I Série nº44), trata-se de um organismo tecnicamente independente, no qual estão representadas, a nível nacional, as entidades públicas e privadas interessadas no domínio da contabilidade, e que funciona administrativamente e financeiramente no âmbito deste ministério.

A CNNC tem como objectivos principais assegurar a uniformização da aplicação do Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro (SNCRF), emitir normas, estabelecer procedimentos contabilísticos harmonizados com as normas internacionais da mesma natureza tendo em vista a melhoria de qualidade da informação financeira, económica e patrimonial das entidades.

Ainda, segundo o mesmo ministério, as alterações introduzidas neste diploma têm em atenção tornar a informação contabilística do país mais internacional, acompanhar a previsível evolução do sistema fiscal, melhorar a qualidade das demonstrações financeiras e do Relato Financeiro das empresas e ainda dar maior credibilidade ao funcionamento da economia real do país.

Segundo o despacho da S.Ex<sup>a</sup> a Ministra das Finanças, de 18 de Janeiro de 2010 (Boletim Oficial II Série nº4 de 27 de Janeiro de 2010), a CNNC é composta por 26 membros, sendo 15 efectivos e 11 suplentes. Trata-se de uma entidade independente, mas que se administra e funciona no âmbito do Ministério das Finanças, e é composto por representantes de várias instituições tais como: Inspeção-Geral das Finanças, Direcção Geral das Contribuições e Impostos, Instituto Nacional de Estatística, Conselho Superior das Câmaras de Comercio, a Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados, Banco de Cabo Verde, Tribunal de Contas, Universidade Jean Piaget, Universidade de Cabo Verde, Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, Ordem dos Economistas, Associação Nacional dos Municípios e por fim a Bolsa de Valores de Cabo Verde.



### **2.1.2.2 Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados (OPACC)<sup>2</sup>**

Esta Ordem foi criada através do Decreto-Lei nº 12/2000 de 28 de Fevereiro, cujo estatuto encontra-se publicado no Boletim Oficial nº5, I série, de 28 de Fevereiro de 2000. É uma entidade colectiva de direito público, independente do estado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem por finalidades e atribuições, essencialmente as seguintes:

- (i) Superintender em todos os aspectos atinentes ao acesso, estatuto e exercício das profissões de auditor certificado e de contabilista certificado, atentos a relevância e o interesse público que as mesmas revestem;
- (ii) Definir, difundir, promover e fazer cumprir normas de ética e deontologia e normas técnicas de actuação profissional, tendo em consideração as emanadas da IFAC- International Fideration of Accountants (Federação Internacional de Peritos Contabilistas);
- (iii) Exercer jurisdição disciplinar sobre os associados e sobre as sociedades de auditores certificados e sociedades de contabilistas certificados;
- (iv) Representar e defender os interesses, direitos e prerrogativas dos seus associados;
- (v) Propor ou opinar sobre medidas legislativas, regulamentares ou de qualquer outra natureza relativas à contabilidade, às profissões de auditor certificado e contabilista certificado e aos interesses profissionais e morais dos associados, etc..

A OPACC tem sede na Praia e jurisdição sobre o território nacional, estando distribuídos os poderes de gestão por duas Comissões Regionais, a do Barlavento e a de Sotavento.

---

<sup>2</sup> Relatório das actividades de 2010 da OPACC

## **2.2. Enquadramento teórico e histórico dos instrumentos financeiros**

### **2.2.1 Enquadramento e evolução das normas internacionais sobre instrumentos financeiros**

O IASC foi constituído em 29 de Junho de 1973, com a designação de International Accounting Standards Committee (IASC), como consequência do acordo entre os órgãos reguladores da contabilidade na Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos da América. Criada com o objectivo de formular e publicar, de forma totalmente independente, um novo padrão de normas contabilísticas internacionais que possa ser aceite mundialmente.

Foi criada como uma fundação independente sem fins lucrativos e com recursos próprios procedentes das contribuições de vários organismos internacionais assim como das principais firmas de auditoria. Os primeiros pronunciamentos contabilísticos publicados pela IASC foram chamados de International Accounting Standard (IAS).

Já foram publicadas desde 1973 cerca de quarenta e uma normas internacionais de enquadramento contabilístico, e estas normas influenciaram bastante a elaboração de diversas normas publicadas a nível nacional, que serviram de base para a elaboração do novo sistema de normalização contabilístico e de relato financeiro em Cabo Verde. Todavia, foram feitas algumas adaptações no que diz respeito, por exemplo, às normas 32 e 39, que tratam de instrumentos financeiros e que a nível nacional foram tratadas numa única NRF 16 – Instrumentos Financeiros.

Este organismo vem desempenhando um papel importante a nível da regulamentação internacional, consultado por vários organismos que, de alguma forma, assumem responsabilidades que se relacionam com a normalização contabilística. Da mesma forma reconheceu Almeida (2009, pág. 43), para ele o IASB surgiu, se desenvolveu e se transformou ao longo da sua história, fê-lo conquistar o reconhecimento mundial como organismo emissor de normas contabilísticas e de relato financeiro de elevada qualidade e ainda que vem procurando manter uma melhoria contínua das suas normas, assentes numa estrutura conceptual orientadora dos princípios básicos a seguir.

Em 1997, o IASC criou a SIC (Standing Interpretations Committee) um comité técnico dentro da estrutura do IASC responsável pela publicação de interpretações com objectivo de responder as dúvidas de interpretações de usuários.

O IASB – (International Accounting Standards Board) substituiu o IASC a partir de 01 de Abril de 2001, assumindo as responsabilidades técnicas do IASC com objectivo de melhorar a estrutura técnica de formulação e validação dos novos pronunciamentos internacionais, denominado de IFRS (International Financial Reporting Standard) a serem emitidos pelo IASB. Com este pronunciamento do IASB demonstrou a vontade do comité em transformar progressivamente os pronunciamentos contabilísticos anteriores, ou seja, o IAS em novos padrões internacionalmente aceites do reporte financeiro com a finalidade de responder às expectativas crescentes dos usuários da informação financeira, usuários estes, analistas, investidores, instituições etc.

Segundo Rodrigues (2009, pág. 14), as alterações de IAS para IFRS envolvem uma mudança de fundo, pois, enquanto a denominação IAS abrange apenas a Contabilidade, a denominação IFRS passa a abranger o Relato Financeiro. Ainda, segundo o mesmo autor, esta alteração pretende-se enfatizar a importância do relato financeiro e não meramente o tratamento de aspectos contabilísticos.

Em Dezembro de 2001 o nome da SIC (Standing Interpretations Committee) passa a denominar-se IFRIC (International Financial Reporting Interpretations Committee) e, a partir de 2002 passou a ser responsável pela publicação de todas as interpretações sobre o conjunto de normas internacionais. Logo em Março de 2004, muitas das normas IAS/IFRS foram publicadas pelo IASB, incluindo a norma IFRS 1 que define os princípios a serem respeitados pelas empresas no processo de conversão e a primeira publicação de demonstrações financeiras em IFRS.

No que diz respeito ao enquadramento contabilístico de instrumentos financeiros, considerado de extrema complexidade, dentro do qual o tema em estudo se encontra enquadrado, diz Correia (2000, pág. 109), que o IASC iniciou o seu trabalho em 1988, com objectivo de desenvolver uma norma sobre reconhecimento, medida e informação em anexo de instrumentos financeiros.

Segundo Ferreira (2011, pág. 9), os instrumentos financeiros constituem uma área de grande complexidade. E que nos últimos trinta e cinco anos, os mercados financeiros apresentaram um desenvolvimento sem precedentes e assumiram uma posição relevante na condução das empresas, em especial, nas instituições financeiras. Que hoje é comum a utilização de instrumentos financeiros derivados simples, estruturados ou complexos,

assim como, a sua incorporação noutros instrumentos, designadamente, acções e obrigações.

Para Rodrigues (2009, pág. 712), os instrumentos financeiros constituem uma área de enorme complexidade na contabilidade. A cada dia são criados novos instrumentos financeiros ou variantes de instrumentos conhecidos. Que os profissionais de contabilidade têm muita dificuldade em acompanhar essa evolução e, porque não sabem como funcionam os instrumentos financeiros, poderão não lhes dar o adequado tratamento contabilístico.

Em Setembro de 1991, publicou-se um primeiro documento sob a forma de “Exposure Draft”. Uma vez recebidas as críticas do IASC teve que reformular o projecto, subdividindo o trabalho em duas fases: a apresentação e informação complementar em anexo, e reconhecimento, medida e contabilidade de coberturas.

Concluindo-se a primeira fase do projecto, em Junho de 1995, nasceu uma norma de carácter final, IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação e a segunda fase do projecto, foi publicado, em Março de 1997 um documento para discussão, seguindo as linhas principais do FASB.

Segundo Correia (2000, pág. 110), em 1998, o IASC publica a sua norma final sobre reconhecimento e medida de instrumentos financeiros, o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em Julho de 2002, foi aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho de um regulamento (o Regulamento (CE) nº 1606/2002) no qual é imposta a obrigatoriedade da adopção a partir de 01 de Janeiro de 2005, das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), reforça ainda os autores Pires e Gomes (2011, pág. 4) que com esta aprovação a União Europeia passou a adoptar as IAS/IFRS emitidas pelo IASB, com a previsão de entrada em vigor, para caso das empresas cotadas em bolsa, a partir de 2005. Que esta medida destinava-se, fundamentalmente, a reforçar a comparabilidade das demonstrações financeiras elaboradas pelas sociedades cujos títulos fossem negociados publicamente, contribuindo para o bom funcionamento e competitividade dos mercados de capitais.

É de salientar que o processo de adopção das normas de IAS não foi um processo simples como se poderia admitir, contudo, foram adoptadas todas as IAS vigentes em 14 de

Setembro de 2002, com excepção das IAS 32 e 39 e respectivas SIC (5, 16 e 19) argumentando-se de que estavam na fase de revisão, e que se perspectivasse uma revisão mais profunda, de acordo com o regulamento (CE) nº 1725/2003.

Segundo Borges, Rodrigues e Rodrigues (2007, pág. 148), este regulamento ((CE) nº 1725/3003) trata das normas e interpretações do IASB adoptadas pela União Europeia.

Segundo os mesmos autores, o regulamento vem sendo alterado desde aquela data por forma a incorporar as alterações produzidas pelo IASB e com isso, foram verificadas muitas alterações ao conteúdo da IAS 39, nomeadamente quanto ao sistema de contabilização de cobertura do risco da taxa de juro associado a uma carteira, com o objectivo de simplificar a aplicação da norma no que se refere ao conceito do justo valor.

Em Novembro de 2004, o consenso no seio de IASB foi estabelecido, e publica-se o Regulamento (CE) nº 2086/2004, que vincula a inserção do IAS 39 no anexo ao regulamento (CE) nº 1725/2003, com excepção de algumas das suas disposições referentes a utilização da opção do justo valor e de certas disposições relacionadas com a contabilização de coberturas, de igual forma, a 29 de Dezembro de 2004, o anexo de regulamento (CE) nº 1725/2003 é alterado com a publicação do regulamento (CE) nº 2237/2004, e inserção do texto da norma internacional de contabilidade IAS 32. Com essas publicações tanto a IAS 39 como a IAS 32 já poderiam ser aplicadas a 01 de Janeiro de 2005, juntamente com as outras normas.

No entanto, as alterações subsequentes a 01 de Janeiro de 2005 nas IAS 32 e 39 aparecem nos regulamentos (CE) nºs 1751/2005 de 25 de Outubro de 2005, 1864/2005 de 15 de Novembro de 2005, e 2106/2005 de 21 de Novembro de 2005, e logo a 11 de Janeiro de 2006, com a publicação do regulamento (CE) nº 108/2006, a norma internacional de contabilidade IAS 30 – Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares – é substituída pela IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações.

Entretanto, as exigências da IAS 39 têm sido consideradas complexas desde sua emissão, o que traz dificuldade de entendimento, interpretações e aplicação. Para tal, os usuários das demonstrações financeiras vinham solicitando ao IASB o desenvolvimento de normas baseadas em princípios e menos complexas.

Segundo Ferreira (2011, pág. 69), a IAS 39 – Reconhecimento e Mensuração de Instrumentos Financeiros foi criticada por apresentar um grau de complexidade elevado e com muitas dificuldades na sua aplicação. É um normativo que trata fundamentalmente da contabilização de todos os tipos de instrumentos financeiros, incorporando desde os títulos de dívida e empréstimo mais simples até aos complexos produtos estruturados, como as CDOs (collateralized debt obligations) ou os CDs (Credit Default Swaps) que tiveram um grande efeito na crise subprime e financeira (2007-2008).

Com a crise do subprime, chamada inicialmente e posteriormente crise financeira mundial, veio acentuar a preocupação sobre a complexidade da contabilidade dos instrumentos financeiros. Assim, no final de 2008, constituiu-se o Financial Crisis Advisory Group – FCAG, com intuito de aconselhar o IASB e o FASB sobre as implicações da crise e as potenciais mudanças no ambiente regulatório. No entanto, antes das recomendações do FCAG, de forma a fornecer uma resposta rápida à crise financeira, o IASB dividiu seu projecto de revisão IAS em três fases

- 1ª Fase: Classificação e mensuração;
- 2ª Fase: Metodologia sobre Imparidade: Impairment Methodology
- 3ª Fase: Contabilização das Coberturas e Riscos: Hedge Accounting

Logo em 12 de Novembro de 2009, foi publicada a IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração, que diz respeito à primeira fase do projecto.

Diz Ferreira (2011, pág. 30), que o IASB esperava que até Junho de 2011, a 2ª e a 3ª fases do projecto em curso estivessem terminadas, incorporando também o tema dos requisitos da imparidade e contabilidade da cobertura de riscos já nos termos da IFRS 9 e que esta norma pudesse substituir definitivamente a IAS 39, para ter início efectivo em Janeiro de 2013.

Segundo Silva e Cruz (2011, pág. 105), a IFRS 9: Instrumentos Financeiros, foi publicada em 12 de Novembro de 2009 e é o primeiro passo para substituir a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 introduz novos requisitos para classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros que devem ser aplicados a partir de 1 de Janeiro de 2013, com adopção antecipada permitida.

Uma vez que a União Europeia ainda não endossou esta norma, estando à espera da conclusão de todas as fases para se pronunciar e devido aos atrasos na harmonização da contabilização da imparidade e da “macro cobertura” entre o IASB e o FASB, o IASB emitiu um projecto de norma para alterar a IFRS 9 para permitir a adopção apenas em períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2015<sup>3</sup>.

Também os mesmos autores dizem que as alterações introduzidas pela IFRS 9 tiveram como objectivo melhorar e simplificar os requisitos contabilísticos para os activos e passivos financeiros e surgem como resposta às recomendações dos líderes do G20 e às críticas de que a actual norma em vigor (IAS 39) é de difícil entendimento, aplicação e interpretação por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras.

Sucintamente, uma das alterações introduzidas pela IFRS 9 consiste na eliminação das quatro categorias de classificações dos activos financeiros, previstas pelas IAS 39 (activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos detidos até maturidade, empréstimos e contas a receber e activos disponíveis para venda) e a introdução de apenas duas categorias (activos financeiros mensurados ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de resultados).

Diz Ferreira (2011, pág. 31), que a utilização da IAS 39 pode constituir um desafio a comparar o tratamento contabilístico para o mesmo tipo de instrumentos financeiros, uma vez que, podem ser classificados de várias formas. Que não é surpresa poder encontrar mais de 20 opções ou combinações para classificar ou mensurar alguns activos financeiros. Que ainda um instrumento de dívida pode ser classificado numa categoria por uma empresa como, por exemplo, mantido até maturidade, enquanto uma instituição bancária pode ter duas ou três categorias para esse instrumento.

Para os autores Silva e Cruz (2011, pág. 105), a principal alteração passa pela substituição das actuais categorias de classificação dos instrumentos (que utilizavam diferentes bases de mensuração e vários modelos de imparidade) para somente duas categorias de mensuração, sendo expectável que passe a existir um único modelo de imparidade para os instrumentos valorizados ao custo amortizado.

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/56/Auditoria.pdf> consultado em 11/02/2013.

Para Ferreira (2011, pág. 31), no âmbito da IFRS 9, o IASB tomou uma direcção diferente simplificando e reduzindo as possibilidades de classificação para duas categorias: custo amortizado e justo valor. Que esta aproximação parece ser mais simples, mas que apresenta novos desafios, em especial para as entidades com carteiras de activo de maior dimensão e complexidade.

## **2.3. Custo Amortizado Enquadramento dado ao NRF 16 – Instrumentos Financeiros**

### **2.3.1 Enquadramento**

O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), em vigor desde 1 de Janeiro de 2009, veio introduzir no novo normativo nacional, o método de custo amortizado como forma de mensuração de instrumentos financeiros<sup>4</sup> (IF), método já previsto nas normas internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e transposto para o nosso referencial contabilístico através de Norma de Relato Financeiro (NRF) 16 – Instrumentos financeiros.

Esta norma é baseada nas seguintes normas internacionais emitidas pelo IASB.

- IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e;
- IFRS 7 – Divulgação de Informações.

O método do custo amortizado é de aplicação complexa, sendo compreensível o carácter não imperativo consubstanciado na NRF 16. De acordo com o preconizado na IAS 39 o método do custo amortizado é de aplicação obrigatória na mensuração de determinados instrumentos financeiros.

### **2.3.2 Objectivo e âmbito**

Segundo a nossa norma, o objectivo é o de prescrever o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respectivos requisitos de apresentação e divulgações, devendo ser aplicada no reconhecimento, mensuração e divulgação desses instrumentos financeiros.

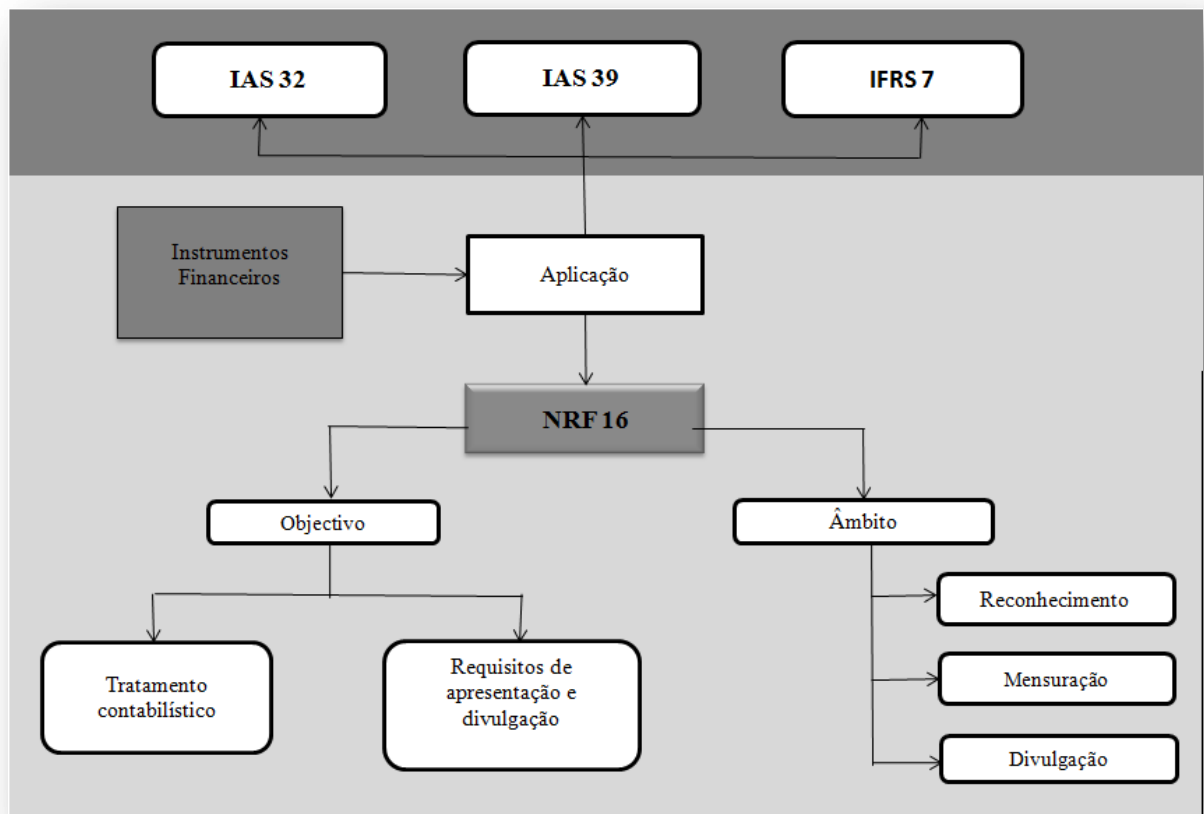
---

<sup>4</sup> Instrumentos financeiros – “é qualquer contrato que dê origem a um activo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital própria de uma outra entidade.” (§5 NRF 16).



Uma entidade pode não aplicar a NRF 16 se optar por aplicar integralmente a IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e por último a IFRS 7 – Divulgação de Informações, uma vez que, estas são mais extensas e abrangentes.

**Ilustração 1: Normas alternativas para contabilização dos instrumentos financeiros**



Fonte: Adaptado de Pires e Gomes (2010)

A NRF 16 aplica-se a todos os instrumentos financeiros com excepção dos abaixo explicitados:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, pois estes são tratados na NRF 23 e 25.
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados, tratados na NRF 21.
- Direitos no âmbito de um contrato de seguros a não ser que o contrato se seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais

que se relacionem com: (a) alterações no risco segurado; (b) alteração na taxa de câmbio; ou (c) entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

- d) Locação (tratados nos termos da NRF 9), a não ser que a locação resulte numa perda para o locador ou locatário como resultado dos termos do contrato que se relacionem com: (a) alterações no preço do bem locado; (b) alterações na taxa de câmbio; ou (c) entrada em incumprimentos de uma das contrapartes.

A referida norma aplica-se também a contratos de compra ou venda de itens não financeiros que:

- a) Possam ser liquidados, de forma compensada, em dinheiro ou outro activo financeiro, ou pela troca de instrumentos financeiros, como se o contrato fosse instrumentos financeiros;
- b) Resultem numa perda para o comprador ou vendedor na sequência dos termos de contrato que não seja relacionada com (i) alterações no preço do item não financeiro; (ii) alterações na taxa de câmbio; ou (iii) entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

### **2.3.2.1. Conceitos Fundamentais**

Trata-se de conceitos definidos na norma de relato financeiro 16 e que se revestem de particular importância, pois permite um melhor entendimento e compreensão do tema em estudo.

Assim, os termos que se seguem são usados nesta norma com os seguintes significados (§5 da NRF 16):

**Activo Financeiro:** é qualquer activo que seja:

- a) Dinheiro;
- b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- c) Um direito contratual de receber dinheiro ou outro activo financeiro de outra entidade ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis para a entidade; ou

- d) Um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja: (i) um não derivado<sup>5</sup> para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a receber um número variável dos instrumentos de capital próprio da própria entidade; ou (ii) um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade. (§5 da NRF 16).

### Quadro 1: Exemplos de activos financeiros

11	Caixa
12	Depósitos à ordem
15	Instrumentos financeiros
21	Clientes
41	Investimentos financeiros

Fonte: Elaboração própria

**Passivo Financeiro** – é qualquer passivo que seja:

- a) Uma obrigação contratual: (i) de entregar dinheiro ou outro activo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para a entidade; ou

---

<sup>5</sup> Derivado – “é um instrumento financeiro ou outro contrato com todas as três características seguintes: (1) O seu valor altera-se em resposta à alteração numa especificada taxa de juro, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, notação de crédito ou índice de crédito, ou outra varável, desde que, no caso de uma variável não financeira, a varável não seja específica de uma parte de contrato (por vezes denominada “subjacente”); (2) Não requer qualquer investimento líquido inicial ou requerer um investimento inicial líquido inferior ao que seria exigido para outros tipos de contratos que se esperaria que tivessem uma resposta semelhante às alterações nos factores de mercado; (3) É liquidado numa data futura.” (§5 NRF 16). Os futuros, os forwards, as opções, os swaps são exemplos de Instrumentos derivados.

- b) Um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja: (i) um não derivado para o qual a entidade esteja ou possa estar obrigada a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio da própria entidade; ou (ii) um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital própria da própria entidade. (§5 NRF 16).

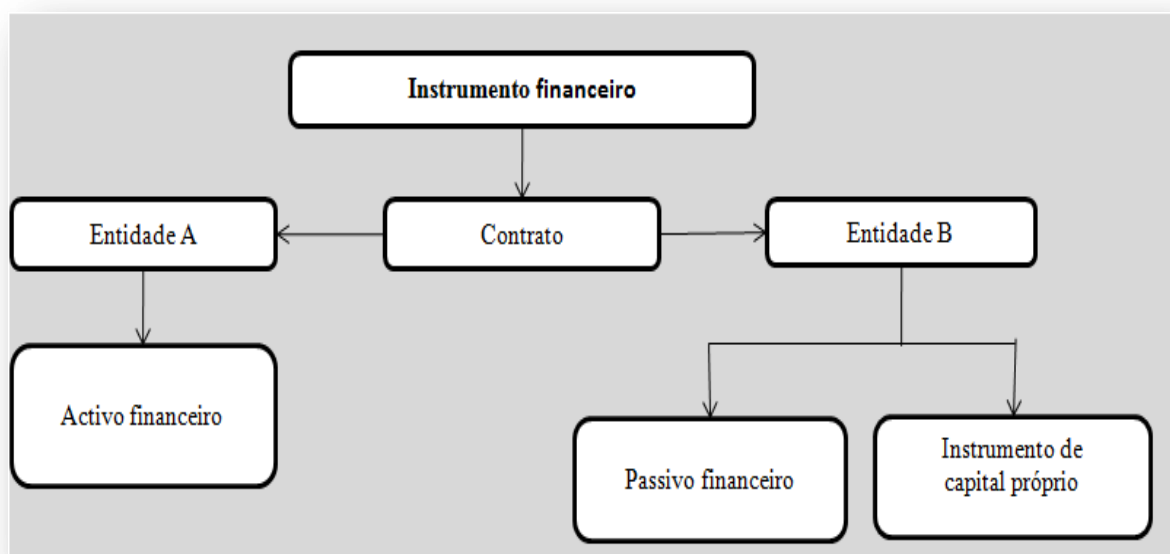
### Quadro 2: Exemplos de passivos financeiros

22	Fornecedores
23	Financiamentos obtidos
26	Accionistas

Fonte: Elaboração própria

Segundo Pires e Gomes (2010, pág. 695) a conta 24 - Estado e Outros Entes Públicos não são considerados passivos financeiros, na medida em que é uma imposição legal e não uma obrigação contratual.

### Ilustração 2: Instrumentos financeiros



Fonte: Adaptado de Pires e Gomes (2010)

**Custo Amortizado de um activo financeiro ou de um passivo financeiro** – é a quantia pela qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método de juro efectivo<sup>6</sup>, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (directamente ou por meio de uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.” (§5 NRF 16).

Segundo Ferreira (2011, pág. 471), o método de taxa de juro efectivo distribui os juros de rendimento ao longo do período do instrumento financeiro aplicando a taxa de juro efectiva ao valor a transportar do activo ou do passivo de cada período.

Para o mesmo autor a taxa de juro efectiva equivale a uma TIR – Taxa Interna de Rentabilidade, e que é uma taxa que actualiza os fluxos de tesouraria futuros, recebimentos ou pagamentos, durante a vida esperada do respectivo instrumento. Que para o seu cálculo deverão ser incorporados todos os efeitos das cláusulas contratuais que tenham efeitos os fluxos futuros esperados, em especial, pagamentos antecipados, cláusulas de conversão e de resgate antecipado, custos de transacção ou ainda outras situações de prémio ou de desconto.

Para os autores Borges, Rodrigues e Rodrigues (2007, pág. 189), por custo amortizado entende-se o valor pelo qual o activo financeiro foi inicialmente reconhecido, diminuído dos reembolsos de capital e de perdas de imparidade e ajustado (para mais ou para menos) pelas diferenças entre o montante inicial e o montante na data de maturidade.

Para Ferreira (2011, pág. 469), o método de custo amortizado incorpora os princípios mais relevantes da avaliação dos instrumentos e investimentos financeiros e que tem por suporte o facto de, o seu valor de transacção ser equivalente ao valor actual dos fluxos de tesouraria esperados durante a sua vida futura.

---

<sup>6</sup> Método do juro efectivo – é um método de calcular o custo amortizado de um activo financeiro ou passivo financeiro (ou grupo de activos financeiros ou de passivos financeiros) e de imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto na quantia escriturada líquida do activo financeiro ou do passivo financeiro. (§5 NRF 16).

### 2.3.3 Reconhecimento

Um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio <sup>7</sup>deve ser reconhecido apenas quando uma entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento financeiro, ou seja, um activo e um passivo financeiro devem ser reconhecidos no momento em que a entidade se assume como parte nas cláusulas contratuais, independentemente da existência de fluxos monetários.

Os activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultado, não devem incluir os custos de transacção<sup>8</sup>.

Os instrumentos de capital próprio no capital próprio são reconhecidos pela entidade quando:

- a) Emita tais instrumentos;
- b) Os subscritores fiquem obrigados a pagar o dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio (exemplo de aumento de capital). Assim, os instrumentos de capital próprio devem ser reconhecidos quando:
  - Entenda-se apresentados na face do balanço, como dedução ao capital próprio, e não como activo, se forem emitidos antes de os recursos serem proporcionados à entidade;
  - Como aumento de capital próprio, até ao limite do valor recebido, se os recursos ou dinheiro forem recebidos antes da emissão de acções e a entidade não puder ser obrigada a devolver tais recursos ou dinheiro;
  - Como dedução ao capital próprio se a entidade adquirir ou readquirir os seus próprios instrumentos de capital próprio. Esses instrumentos (“acções

---

<sup>7</sup> Instrumentos de capital próprio – é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos activos de uma empresa após dedução de todos os seus passivos. (§5 NRF 16).

<sup>8</sup> Custos de Transacção – são custos incrementais (custos que não teriam ocorrido se a entidade não tivesse adquirido, emitido ou alienado o instrumento financeiro) que sejam directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um activo ou passivo financeiro.

Exemplo: custos de transacção incluem honorários e comissões pagas a agentes (incluindo empregados que ajam como agentes de vendas), consultores, correctores e negociantes; taxas cobradas por agências reguladoras e bolsas de valores mobiliários e taxas e impostos de transferência.

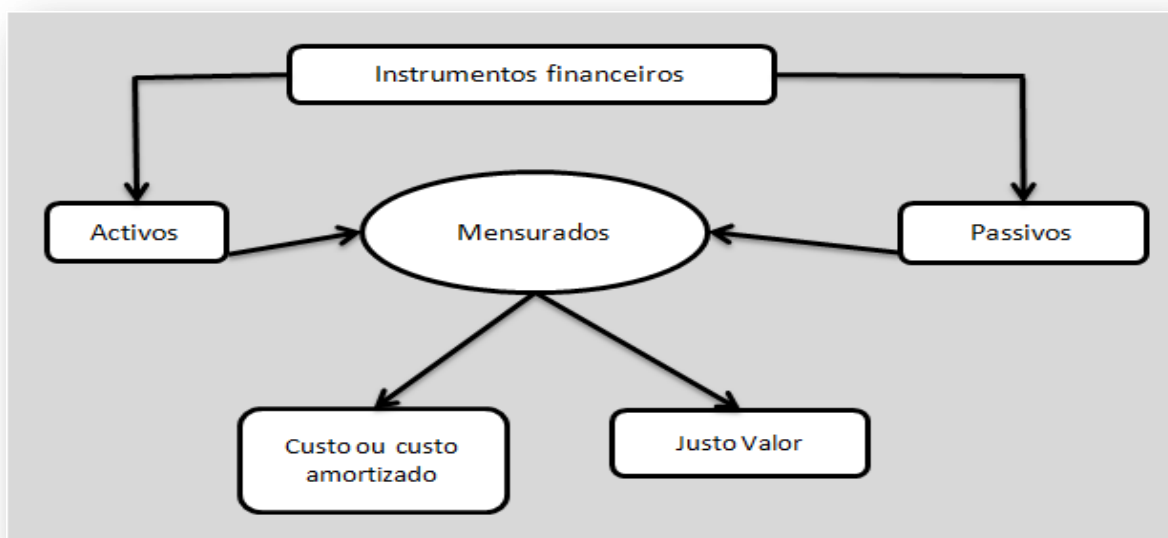
próprias”) devem ser reconhecidos como dedução ao capital próprio, pelo justo valor<sup>9</sup> da retribuição paga.

### 2.3.4 Mensuração dos instrumentos financeiros ao custo amortizado

Nos termos do §11 da NRF 16, todos os activos e passivos financeiros são mensurados, em cada data de relato quer:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda de imparidade; ou
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser registadas na demonstração de resultados.

#### Ilustração 3: Mensuração em cada data de relato de instrumentos financeiros



Fonte: Adaptado de Pires e Gomes (2010)

Temos como exemplos de instrumentos financeiros mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perda por imparidade acumuladas os seguintes:

- Clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários desde que cumpram as seguintes condições:
  - i) Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;

---

<sup>9</sup> Justo valor – “é a quantia pela qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas.” (§5 da NRF 16).

- ii) Os retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa de juro variável<sup>10</sup>; e não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado;
- Que a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado<sup>11</sup> menos perdas por imparidade;
- Contrato para conceder ou contrair empréstimos que: i) não possam ser liquidados em base líquida; ii) quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade; e iii) a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Almeida (2009, pág. 161), reforça outros exemplos de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado por satisfazerem as condições previstas no §13 da NRF 16 e que não sejam clientes, fornecedores, contas a receber e a pagar e nem empréstimos bancários:

- Investimentos em obrigações não convertíveis;
- Um derivado (contrato ou direito a adquirir numa data futura) sobre instrumentos de capital próprio cujo justo valor não possa ser mensurado fiavelmente;
- Contas a receber ou a pagar em moeda estrangeira, (porém, qualquer alteração no montante a pagar ou a receber devido a alterações cambiais é reconhecida na demonstração de resultados, excepto se a taxa de câmbio estiver garantida, podendo utilizar-se a referida taxa de câmbio);
- Empréstimos a subsidiárias ou associadas que sejam exigíveis;

---

<sup>10</sup> Deve ser um indexante típico de mercado para operações de financiamento (temos como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante.

<sup>11</sup> Utilizando o método da taxa de juro efectiva.



- Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emitente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida (tais cláusulas não violam as condições definidas no §13.

### **2.3.5 Imparidade**

Segundo cita Silva e Cruz (2011, pág. 67), a imparidade reflecte a depreciação (perda permanente) do valor de um activo financeiro, e que se verifica quando o valor que se espera obter com a liquidação desse activo (valor realizável) se situa abaixo do custo de aquisição do mesmo registado no balanço. Os mesmos autores referem que de acordo com a actual versão da NIC 39 existem perdas de imparidade se e só se estas ocorrerem em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o reconhecimento inicial do evento e se tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados, os quais podem ser fiavelmente estimados.

De acordo com Borges, Rodrigues e Rodrigues (2007, pág. 189), “existe imparidade de um activo financeiro, quando a quantia recuperável for inferior ao seu valor contabilístico. Quando tal ocorra, na data de elaboração do balanço (final ou intercalar), a empresa deve registar esta perda por imparidade (...)”.

Devem ser reconhecidas perdas por imparidade de um activo financeiro mensurado ao custo ou ao custo amortizado, sempre que haja evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos esteja em imparidade.

Segundo a NRF 16, para que um activo esteja em situação de imparidade é necessário que haja evidência (prova) objectiva de que os seguintes eventos de perda aconteçam:

- a) Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- b) Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- c) O credor, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
- d) Torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou a reestruturação (reorganização financeira);

- e) Desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- f) Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora essa diminuição ainda não possa ser identificada individualmente para um dado activo financeiro do grupo, tal como sejam condições económicas nacionais, locais ou sectoriais adversas.

Como exemplo, se tem segundo Silva e Cruz (2011, pág. 67), a “alteração no perfil de pagamento dos devedores, condições económicas nacionais, locais ou sectoriais adversas, relacionadas com os incumprimentos desse grupo de activos”.

Ainda segundo a mesma norma devemos mensurar o montante de perda por imparidade da seguinte forma:

- Para um instrumento mensurado ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada (valor balanço) e o valor presente (actual) dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro original efectiva do activo financeiro (TIR original). Podemos tomar como exemplo, o empréstimo obrigacionista, se for provável que uma empresa não esteja em condições de cobrar todas as quantias devidas (capital e juro) de acordo com as condições contratuais, logo ocorre uma perda de imparidade ou a dívida torna-se incobrável. A quantia da perda será a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa esperados descontados a taxa de juro efectiva e;
- Para instrumentos de capital próprio, compromissos de empréstimo e opções mensuradas ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e a melhor estimativa de justo valor do referido activo.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir, e esta diminuição estiver relacionada com evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade, deve a entidade reverter a imparidade anteriormente reconhecida, caso a perda por imparidade não tiver sido anteriormente reconhecida, a reversão não poderá resultar numa quantia escriturada do activo financeiro que exceda aquilo que seria o custo amortizado do referido activo.

A reversão de imparidade em instrumentos de capital próprio é proibida de acordo com § 29.

### **2.3.6 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros**

A nossa norma diz que uma entidade deve desreconhecer um activo financeiro quando, e apenas quando:

- a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do activo financeiro expiram;  
ou
- b) Transferir para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o activo financeiro; ou
- c) Transferir o controlo do activo para outra parte e esta tem a capacidade prática de vender o activo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência.

Pode-se concluir que, o que está em causa no desreconhecimento de um activo financeiro é o controlo sobre o activo que uma entidade pode exercer ou não. Caso for feita uma análise sobre a posição da empresa perante o activo e chegar a conclusão de que manteve o controlo sobre o activo financeiro, esta não deve desreconhecer do seu balanço.

Refere Borges, Rodrigues e Rodrigues (2007, pág. 189), que “ocorre o desreconhecimento de um activo financeiro quando a empresa perder o controlo da totalidade dos direitos contratuais sobre esse activo. Esta perda de controlo consiste na realização dos direitos aos benefícios contratuais, à expiração desses direitos, ou à desistência da empresa. Ex: a venda, o reembolso, a oferta, a caducidade de direitos, etc.”

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro, ou parte de um passivo financeiro do seu balanço quando, e apenas quando, for extinto, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato for satisfeita (liquidada), cancelada ou expirada.

### **2.3.7 Divulgações**

Segundo a nossa norma, uma entidade deve divulgar as bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros que sejam relevantes para a compreensão das

demonstrações financeiras, e ela é mais pormenorizada na norma internacional IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, e o objectivo desta IFRS é exigir às entidades que forneçam divulgações nas demonstrações financeiras de modo a permitirem que os utentes avaliam: i) o significado dos instrumentos financeiros para a posição financeira e o desempenho da entidade; ii) a natureza e a extensão dos riscos associados a instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta durante o período e na data de relato, assim como, a forma como a entidade gere esses riscos.

#### **2.3.7.1. Balanço – categorias de activos e passivos**

De acordo com a nossa norma, uma entidade deve divulgar, quer seja na face do balanço quer no anexo, a quantia escriturada de cada uma das categorias de activos e passivos financeiros no total, e para cada um dos tipos significativos de activos financeiros e passivos financeiros de entre cada categoria:

- Activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;
- Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo;
- Compromissos de empréstimos mensurados ao custo menos imparidade;
- Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Activos financeiros para os quais tenha sido reconhecida imparidade, devendo ser indicada, para cada uma das classes, separadamente: i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado; e ii) a imparidade acumulada.

#### **2.3.7.2. Incumprimentos em empréstimos obtidos**

No que diz respeito aos empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço, estipula a nossa norma que a entidade deve divulgar os seguintes:

- Detalhe de qualquer incumprimento no decurso do período relativo a amortização, juro, procura de fundos ou nos termos da convenção de tais empréstimos que permitam ao credor exigir o pagamento à data do balanço;
- A quantia escriturada de empréstimos a pagar em incumprimento à data do balanço;
- Em que medida o incumprimento tenha sido sanável, ou os termos do pagamento tenham sido negociados, antes das demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão.

### **2.3.7.3. Demonstração de resultado e capital próprio – elementos de rendimentos, gastos, ganhos e perdas**

De acordo com a nossa norma, uma entidade deve divulgar os seguintes elementos na face das demonstrações financeiras ou no anexo:

- a) Os ganhos líquidos e as perdas líquidas reconhecidas de:
  - i) Activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;
  - ii) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- b) Total de rendimento de juros e total de gastos de juros (calculado utilizando o método de taxa de juro efectiva) para activos e passivos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados;
- c) A quantia de qualquer perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de activos financeiros.

### **2.3.7.4. Riscos relativos a instrumentos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado**

Para activos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade, a entidade deve divulgar os termos significativos e condições que possam afectar a quantia, o momento e segurança de fluxos de caixa futuros, incluindo risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de crédito. (§ 59 da NRF 16).

O contexto que se vive neste momento é caracterizado pela acentuação dos riscos, isto devido a evolução das condições financeiras internacionais, embora a nível nacional as consequências são sentidas de uma forma menos intensa, deve-se ter em conta que cada vez mais estão aumentando os riscos de crédito, liquidez, fluxo de caixa, entre outros; que apelam a todos por uma maior precaução na preparação das demonstrações financeiras, e no que diz respeito à mensuração dos instrumentos financeiros ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade com algum grau de risco.

### **Capítulo 3 – Análise Prática da contabilização dos Instrumentos Financeiros ao custo amortizado e imparidade**

Sendo o método de custo amortizado uma novidade no sistema de relato financeiro caboverdiano, que surgiu com a implementação do novo SNCRF, é importante debruçar sobre alguns casos práticos dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. Contudo, trata-se de exemplos típicos da aplicação de custo amortizado contemplado na nossa norma.

O caso prático 1- será apresentado pelo método de custo e custo amortizado por forma a transmitir uma noção clara de como funcionam e entender melhor as diferenças existentes entre elas.

#### **3.1 Caso prático nº 1a) – Tratamento contabilístico de venda com pagamento diferido**

A Empresa Castelo, S.A, vendeu ao seu cliente Aldata, S.A, em 01 de Janeiro de 2013, 7.000 unidades de maçãs a preço de venda unitário de 26\$00. O total da venda deve ser pago em duas prestações semestrais de 101.500\$00, sendo que a primeira prestação vence em 30 de Junho de 2013 e a segunda vence em 31 de Dezembro de 2013 e ainda teria que pagar no acto do contrato o montante de 6.300\$00 como entrada inicial. As vendas estão sujeitas a IVA, à taxa de 15%. Contudo, se a mercadoria fosse comprada numa condição normal (45 dias), teria sido vendido a preço unitário de 23\$00.

Pretende-se o tratamento contabilístico a efectuar pela empresa Castelo, S.A, na data da venda e nos momentos de recebimento das prestações, pelo método de custo e custo amortizado.

O problema que se coloca aqui é se podemos ou não mensurar este activo financeiro (divida de cliente) ao método de custo ou custo amortizado.

Segundo a nossa norma, este exemplo satisfaz o § 13, trata-se de um activo financeiro, então uma entidade pode designar logo no momento do reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade, utilizando-se o método de taxa de juro efectiva menos perda por imparidade (§ 12 da NRF 16).

**Cálculo Auxiliar:**

Vendas:  $7.000 \times 26 = 182.000\$00$

IVA:  $182.000\$00 \times 0.15 = 27.300\$00$

Total da dívida =  $182.000\$00 + 27.300\$00 = 209.300\$00$

Pagamento de entrada inicial =  $6.300\$00$

Dívida Líquida =  $209.300\$00 - 6.300\$00 = 203.000\$00$

Cada prestação vai ser de  $101.500\$00$

Vendas em condições especiais ( $7.000 \times 26\$00$ ) =  $182.000\$00$

Vendas em condições normais ( $7.000 \times 23\$00$ ) =  $161.000\$00$

Diferença =  $21.000\$00$  correspondente a parte de financiamento ou seja os juros implícitos que serão amortizados durante as prestações.

No momento zero o fluxo monetário corresponde a  $182.000\$00$  ( $7.000 \times 26$ ), e no 1º e 2º período o fluxo monetário corresponde a pagamentos das prestações no valor de  $101.500\$00$  cada. Através de Excel aplicando a função **TIR** encontramos uma taxa de juro implícita no contrato de aproximadamente 7,60%.

**Tabela 1: Mapa de Amortização da dívida do cliente**

Períodos	Fluxos de Caixa	Juros Efectivos (7.60%)	Amortização	Valor Contabilístico/Quantia Escriturada
0	-182.000,00			182.000,00
1	101.500,00	13.831,23	87.668,77	94.331,23
2	101.500,00	7.168,77	94.331,23	0,00
<b>TIR</b>	<b>7,60%</b>	<b>21.000,00</b>		

Fonte: Elaboração própria.

Juros Efectivos = Quantia Escriturada de n-1 \* TIR (7.60%)

Amortizações = Fluxos de Caixa (período) – Juros Efectivos (período)

Quantia Escriturada (período) = Quantia Escriturada n-1 – Amortização (período)

**a) Contabilização pelo método de custo**

**1) Pela venda da maçã em 01 de Janeiro de 2013**

Reconhecimento da venda pela quantia de 182.000\$00 (7.000\*26\$00), e debitada ao cliente o valor de venda acrescido de IVA no total de 209.300\$00 (182.000\$00 \* 1.15).

A quantia 21.000\$00 que corresponde a parte de financiamento será debitada de vendas de mercadorias – juros em contrapartida de rendimentos a reconhecer.

**Tabela 2: Contabilização de Venda da maçã - Método de custo**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
21111x	Clientes Gerais - Valor nominal da dívida	209.300,00	
24431	Iva Liquidado - Operações Gerais		27.300,00
711	Vendas de Mercadorias		182.000,00
711x	Vendas de Mercadorias - Juros	21.000,00	
282	Rendimentos a Reconhecer		21.000,00

Fonte: Elaboração própria.

**2) Pelo recebimento da entrada inicial em 01 de Janeiro de 2013.**

**Tabela 3: Contabilização da entrada inicial - Método de custo**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
12	Depósito a Ordem	6.300,00	
21111x	Clientes Gerais - Valor nominal da dívida		6.300,00

Fonte: Elaboração própria.

**3) Em 30 de Julho de 2013, pelo reconhecimento da 1ª prestação e reconhecimento dos juros do período** (Cada período a entidade deve reconhecer os juros efectivos)



**Tabela 4: Reconhecimento da 1ª prestação e juros do período - Método de custo**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
12	Depósito a Ordem	101.500,00	
21111x	Clientes Gerais - Valor nominal da dívida		101.500,00
282	Rendimentos a Reconhecer	13.831,23	
791x	Juros obtidos de clientes		13.831,23

Fonte: Elaboração própria.

**4) Em 31 de Dezembro de 2013, pelo reconhecimento da 2ª prestação e reconhecimento dos juros do período.**

**Tabela 5: Reconhecimento da 2ª prestação e juros do período - Método do custo**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
12	Depósito a Ordem	101.500,00	
21111x	Clientes Gerais - Valor nominal da dívida		101.500,00
282	Rendimentos a Reconhecer	7.168,77	
791x	Juros obtidos de clientes		7.168,77

Fonte: Elaboração própria.

**b) Contabilização pelo método de custo amortizado**

**1) Pela venda da maçã em 01 de Janeiro de 2013**

Reconhecimento da venda pela quantia de 182.000\$00 ( $7.000 \times 26\$00$ ), e debitada ao cliente o valor de venda acrescido de IVA no total de 209.300\$00 ( $182.000\$00 \times 1.15$ ). Pela regularização do activo financeiro e do rédito, a quantia 21.000\$00 que corresponde a parte de financiamento e será debitada as vendas de mercadorias – juros em contrapartida clientes gerais – juros e não de rendimentos a reconhecer, isso permite-nos a cada momento conhecer a quantia respeitante a juros de financiamento e dívida líquida do cliente porque em cada período a dívida será progressivamente incrementada pelo reconhecimento dos juros.

**Tabela 6: Contabilização de Venda da maçã - custo amortizado**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
21111x	Clientes Gerais - Valor nominal da dívida	209.300,00	
24431	Iva Liquidado - Operações Gerais		27.300,00
711	Vendas de Mercadorias		182.000,00
711x	Vendas de Mercadorias - Juros	21.000,00	
21111xx	Clientes Gerais – Valor dos Juros		21.000,00

Fonte: Elaboração própria.

**2) Pelo recebimento da entrada inicial em 14 de Janeiro de 2013.**

**Tabela 7: Contabilização da entrada inicial - Custo amortizado**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
12	Depósito a Ordem	6.300,00	
21111x	Clientes Gerais - Valor nominal da dívida		6.300,00

Fonte: Elaboração própria.

**3) Em 30 de Junho de 2013, pelo recebimento da 1ª prestação e reconhecimento dos juros do período.**

**Tabela 8: Reconhecimento da 1ª prestação e juros do período - Custo amortizado**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
12	Depósito a Ordem	101.500,00	
21111x	Clientes Gerais - Valor nominal da dívida		101.500,00
21111x	Clientes Gerais - Valor dos juros	13.831,23	
791x	Juros obtidos de clientes		13.831,23

Fonte: Elaboração própria.

**4) Em 31 de Dezembro de 2013, pelo recebimento da 2ª prestação e reconhecimento dos juros do período.**

**Tabela 9: Reconhecimento da 2ª prestação e juros do período - Custo amortizado**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
12	Depósito a Ordem	101.500,00	
21111x	Clientes Gerais - Valor nominal da dívida		101.500,00
21111x	Clientes Gerais - Valor dos juros	7.168,77	
791x	Juros obtidos de clientes		7.168,77

Fonte: Elaboração própria.

Da análise feita dos dois métodos podemos constatar que, pelo método do custo, a dívida do cliente, ou seja, activo financeiro é reconhecida pela quantia total da dívida no momento da emissão da factura e os juros implícitos (21.000\$00) são reconhecidos na conta 282 – Rendimentos a reconhecer, que em cada período há que reconhecer os respectivos rendimentos.

Pelo método de custo amortizado, a dívida do cliente é reconhecida inicialmente pelo seu valor actual, ou seja, pelo seu valor presente dos recebimentos futuros, e aumenta em cada período com o reconhecimento dos juros, e para tal foi separada a conta cliente em valor nominal e a outra respeitante aos juros imputados a cada período. Assim permite determinar a cada momento o montante líquido respeitante à dívida do cliente e o montante dos juros recebidos isto permite uma maior e melhor qualidade da informação fornecida.

Conclui-se que uma entidade que usa o método do custo amortizado reconhece os activos financeiros ou passivos financeiros pelo seu valor líquido no balanço enquanto, uma entidade que usa o método de custo reconhece os activos financeiros ou passivos financeiros pelo seu valor bruto, e o componente de financiamento é reconhecido em deferimentos.

### **3.2 Caso prático nº1b) – Tratamento contabilístico de perdas por imparidade e reversão**

A Empresa Castelo S.A., tem uma dívida a receber do cliente Aldata, S.A, no valor de 101.500\$00 que venceu no dia 30 de Junho de 2013. No final do período de 2013, apesar de várias insistências, a empresa soube que está a correr no Tribunal da Praia um processo de falência contra a Aldata, S.A, mas que o Juiz ainda não declarou a sentença, então reconheceu uma perda por imparidade no montante total da dívida.

Em 2014, após ao envio de uma carta pelo advogado da empresa Castelo, S.A, o cliente pagou apenas 10% da dívida.

Pretende-se a contabilização das operações nos períodos de 2013 e 2014, de acordo com o previsto na NRF 16.

Neste caso, o problema que se coloca é se a empresa deve ou não avaliar a existência de imparidade na dívida do cliente, sabendo que está em processo de falência e que ainda o juiz não declarou a sentença.

Nos termos da NRF 16 §§ 23 e 24, à data de cada período de relato financeiro, uma entidade deve avaliar a imparidade de todos os activos financeiros (neste caso é a dívida do cliente) que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Caso existir uma evidência objectiva de imparidade, então a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade na demonstração de resultados. E neste caso o processo de falência no tribunal é um indicativo de que a empresa não está em condições financeiras de pagar a dívida, pelo que, em 2013 a entidade deve reconhecer a perda por imparidade no montante total da dívida.

### Contabilização

- 1) **Em 31 de Dezembro de 2013, pelo reconhecimento da perda por imparidade no montante total da dívida.**

**Tabela 10: Reconhecimento da perda por imparidade**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
6511	Perdas por imparidade – Em dívidas a receber - Clientes	101.500,00	
219x	Perdas por imparidade acumulada		101.500,00

Fonte: Elaboração própria.

- 2) **Em 31 de Dezembro de 2014, pelo recebimento de apenas 10% da dívida.**

Nos termos da NRF 16, § 28 a entidade deve reverter a imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultado ( $101.500\$00 \times 0.1 = 10.150\$00$ )

**Tabela 11: Reversão da perda por imparidade**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
219x	Perdas por imparidade acumulada	10.150,00	
76211	Reversão de perdas por imparidade em dívidas a receber - Clientes		10.150,00

Fonte: Elaboração própria.

### **3.3 Caso prático nº 2 – Tratamento contabilístico dado ao Empréstimo Obrigacionista**

A empresa Beta, S.A, em 01 de Janeiro de 2013, adquiriu 15.000 obrigações não convertíveis à empresa Alfa, S.A., Visto que, a empresa Alfa S.A. está com dificuldades financeiras e pretende atrair maior número dos subscritores possíveis. Dai, apresenta condições favoráveis para os subscritores e a Beta S.A não quer deixar passar esta oportunidade e decidiu investir nas seguintes condições:

Valor nominal = 100\$00

Preço de subscrição = 90\$00

Cupão anual fixa de 5%

Maturidade de 5 anos

Reembolso acima do par, no montante de 120%

A comissão de montagem é de 5\$00 por obrigações

Pretende – se o tratamento contabilístico a efectuar pela empresa Beta, S.A, pelo método de custo amortizado ao longo dos períodos.

Neste caso, trata-se de um activo financeiro detido até maturidade, logo devemos mensurar este activo financeiro ao custo amortizado porque satisfaz as condições previstas no § 13 da NRF 16, e ainda é um dos exemplos típicos da aplicação do método de custo amortizado contemplado na alínea b) do § 14 da mesma norma. Para a resolução do presente exercício torna-se necessário a aplicação do método de juro efectivo para podermos calcular a taxa de juro efectiva.

### **Cálculo auxiliar**

#### **Cálculo do dispêndio total**

Valor pago pela subscrição:  $15.000 \times 90 = 1.350.000\$00$

Comissão de montagem paga:  $15.000 \times 5 = 75.000\$00$  (custo de transacção)

**Total Pago (Dispêndio inicial)** =  $1.350.000\$00 + 75.000\$00 = 1.425.000$  é o montante total que a empresa pagou para a subscrição das obrigações.

#### **Cupão Anual**

Cupão anual a receber =  $(15.000 \times 100) \times 5\% = 75.000\$00$  é montante de juros que a empresa tem de receber em cada período.

#### **Valor do reembolso**

Valor do reembolso na maturidade (100%) =  $15.000 \times 100 = 1.500.000\$00$

Prémio de reembolso (20%) =  $1.500.000\$00 \times 20\% = 300.000\$00$

Então no final da maturidade (5 anos) o valor de reembolso vai ser igual ao valor de reembolso até maturidade (100%) + Prémio de reembolso (20%) + Cupão anual a receber.

**Valor de reembolso** =  $1.500.000\$00 + 300.000\$00 + 75.000\$00 = 1.875.000\$00$

Como no período zero o influxo monetário libertado pela empresa corresponde a 1.425.000\$00 (valor de aquisição mais custo de transacção), o valor do cupão a receber durante os períodos (75.000\$00) e o valor do reembolso no final da maturidade (1.875.000\$00), então no Excel podemos calcular a taxa anual efectiva, através da função **TIR**, que é aproximadamente 9,61%.

**Tabela 12: Mapa de amortização da dívida do empréstimo obrigacionista**

<b>Períodos</b>	<b>Fluxos Monetários</b>	<b>Rendimento Anual Taxa efectiva 9,61%</b>	<b>Aumento do Investimento</b>	<b>Quantia escriturada na conta 415</b>
0	-1.425.000,00	-	-	1.425.000,00
1	75.000,00	136.906,05	61.906,05	1.486.906,05
2	75.000,00	142.853,64	67.853,64	1.554.759,69
3	75.000,00	149.372,64	74.372,64	1.629.132,32
4	75.000,00	156.517,94	81.517,94	1.710.650,27
5	1.875.000,00	164.349,73	89.349,73	1.800.000,00
<b>TIR</b>	<b>9,61%</b>			

Fonte: Elaboração própria.

Rendimento anual = Quantia Escriturada de n-1 \* taxa efectiva de 9.61%

Aumento do Investimento = Rendimento Anual (período) – Fluxos Monetários (período)

Quantia Escriturada na conta 415 = Quantia escriturada de n-1 + Aumento de Investimento (período). Ou

Quantia Escriturada na conta 415 = Quantia escriturada de n-1 + Rendimento Anual (período) – Fluxos Monetários (período).

### Contabilização

#### 1) Pela aquisição das obrigações, incluindo custo de transacção (comissão)

Total Pago (Dispêndio inicial) = 1.350.000\$00 + 75.000\$00 = 1.425.000

**Tabela 13: Aquisição das obrigações**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
4151	Detidos até maturidade	1.425.000,00	
12	Depósito a Ordem		1.425.000,00

Fonte: Elaboração própria.

#### 2) Pelo recebimento do 1º cupão anual (reconhecimento do rendimento do período)

O rendimento esperado (juros efectivos) do período 1 é de 136.906,05 (1.425.000,00 \* 9,61%), dos quais 75.000,00 corresponde ao cupão das obrigações e 61.906,05 a um aumento do valor do investimento.

**Tabela 14: Recebimento do 1º cupão anual**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
12	Depósito a ordem	75.000,00	
4151	Detidos até maturidade	61.906,05	
7868	Outros rendimentos – Juros obtidos		136.906,05

Fonte: Elaboração própria.

**3) Pelo recebimento do 2º cupão anual (reconhecimento do rendimento do período)**

O rendimento esperado (juros efectivos) do período 2 é de 142.853,64 ( $1.486.906,05 * 9,61\%$ ), dos quais 75.000,00 correspondem ao cupão das obrigações e 67.853,64 a um aumento do valor do investimento.

**Tabela 15: Recebimento do 2º cupão anual**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
12	Depósito a ordem	75.000,00	
4151	Detidos até maturidade	67.853,64	
7868	Outros rendimentos – Juros obtidos		142.853,64

Fonte: Elaboração própria.

**4) Pelo recebimento do 3º cupão anual (reconhecimento do rendimento do período)**

O rendimento esperado (juros efectivos) do período 3 é de 149.372,64 ( $1.554.759,69 * 9,61\%$ ), dos quais 75.000,00 correspondem ao cupão das obrigações e 74.372,64 a um aumento do valor do investimento.

**Tabela 16: Recebimento do 3º cupão anual**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
12	Depósito a ordem	75.000,00	
4151	Detidos até maturidade	74.372,64	
7868	Outros rendimentos – Juros obtidos		149.372,64

Fonte: Elaboração própria.

**5) Pelo recebimento do 4º cupão anual (reconhecimento do rendimento do período)**

O rendimento esperado (juros efectivos) do período 4 é de 156.517,94 ( $1.629.132,32 * 9,61\%$ ), dos quais 75.000,00 correspondem ao cupão das obrigações e 81.517,94 a um aumento do valor do investimento.



**Tabela 17: Recebimento do 4º cupão anual**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
12	Depósito a ordem	75.000,00	
4151	Detidos até maturidade	81.517,94	
7868	Outros rendimentos – Juros obtidos		156.517,94

Fonte: Elaboração própria.

**6) Pelo reconhecimento do 5º cupão anual e do reembolso acima do par, com prêmio de reembolso de 20%.**

O rendimento esperado (juros efectivos) do período 5 é de 164.349,73 ( $1.710.650,27 * 9,61\%$ ), dos quais 75.000,00 correspondem ao cupão das obrigações e 89.349,73 a um aumento do valor do investimento.

Valor de reembolso a 120% =  $1.800.000\$00$  sendo o valor do reembolso na maturidade (100%) =  $15.000 * 100 = 1.500.000\$00$  + Prémio de reembolso (20%) =  $1.500.000\$00 * 20\% = 300.000\$00$

**Tabela 18: Recebimento do 5º cupão anual e do reembolso acima do par**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
12	Depósito a ordem	75.000,00	
4151	Detidos até maturidade	89.3349,73	
7868	Outros rendimentos – Juros obtidos		164.349,73
12	Depósito a ordem	1.800.000,00	
4151	Detidos até maturidade		1.800.000,00

Fonte: Elaboração própria.

**3.4 Caso prático nº 3 – Tratamento contabilístico dado ao Empréstimo Bancário com taxa de juro fixo**

A empresa Aldata, S.A, contraiu junto do Banco Comercial do Atlântico, em 01 de Janeiro de 2013, um empréstimo bancário no montante de  $1.000.000\$00$ , a pagar numa amortização única ao final de 4 anos, com pagamento de juros anuais e postecipados a taxa fixa anual de 5%, comissão de abertura de 2% sobre o valor nominal do crédito.

O crédito bancário é uma operação que se enquadra muito bem no §11 a), § 12 a) e § 14 a) da NRF 16 e satisfaz as condições previstas no § 13 e também trata-se de um exemplo típico, então para mensuração pode-se usar perfeitamente o método de custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efectiva) menos perdas por imparidade.

#### **Cálculo auxiliar**

Valor nominal do empréstimo = 1.000.000\$00

Comissão = 1.000.000\$00 \* 2% = 20.000\$00

Juro nominal = 1.000.000\$00 \* 5% = 50.000\$00

Valor líquido recebido = Valor nominal do empréstimo – Comissão

Valor líquido recebido = 1.000.000\$00 - 20.000\$00 = 980.000\$00

O fluxo monetário no momento zero é de 980.000\$00 e ao longo dos quatro períodos seguintes o fluxo monetário será o valor do juro nominal de 50.000\$00 e no final do contrato o fluxo monetário é de 1.050.000\$00 sendo que 1.000.000\$00 é o reembolso da dívida e 50.000\$00 corresponde ao juro nominal do período.

**Tabela 19: Cálculo de TIR - Empréstimo Bancário com taxa de juro fixo**

0	1	2	3	4
-980.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	1.050.000,00
<b>TIR</b>	<b>5,57%</b>			

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela 20: Mapa da dívida, empréstimo bancário com taxa de juro fixo**

Período	Capital	Juro Liquidado	Juro Efectivo	Comissões	Valor Escriturado
0					980.000,00
1	0,00	50.000,00	54.601,00	4.601,00	984.601,00
2	0,00	50.000,00	54.857,35	4.857,35	989.458,35
3	0,00	50.000,00	55.127,97	5.127,97	994.586,32
4	1.000.000,00	50.000,00	55.413,68	5.413,68	0,00
				20.000,00	

Fonte: Elaboração própria.

Juro Liquidado = Valor nominal da dívida \* Taxa de juro nominal

Juro Efectivo = Valor escriturado de n-1 \* TIR (taxa efectiva)

Comissão = Valor do juro efectivo – Juro Liquidado

Valor Escriturado = Valor escriturado de n-1 – Capital + Comissão

### Contabilização

**1) Em 01 de Janeiro de 2013, pelo reconhecimento do empréstimo obtido.**

Nos termos do § 7 da NRF 16, o valor nominal do empréstimo é deduzido os custos de transacção (comissão). A quantia do empréstimo a reconhecer em depósito a ordem assim como no empréstimo bancário é de 980.000\$00 (1.000.000\$00 – 20.000\$00).

**Tabela 21: Reconhecimento do empréstimo em 01 Janeiro de 2013 – taxa de juro fixa**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
12	Depósito a Ordem	980.000,00	
2311x	Empréstimo Bancário - BCA		980.000,00

Fonte: Elaboração própria.

**2) Em 31 de Dezembro de 2013, pelo reconhecimento de juros e comissão.**

Em cada período a empresa deve reconhecer os juros de financiamento obtido na demonstração de resultados no valor de 50.000\$00 (1.000.000\$00 \* 5%) e isto repete ao longo dos períodos até ao integral reembolso do empréstimo.

A comissão é reconhecida de uma forma diferente, porque apesar de ser descontado logo no momento do empréstimo, este é um gasto de financiamento, como tal, deve ser amortizado ao longo da vida do empréstimo em contrapartida da conta empréstimo bancário – comissões, e assim a cada momento sabemos qual é o valor dos juros, valor da comissão e valor real do empréstimo.

**Tabela 22: Reconhecimento de juros e comissão no ano 2013 – taxa de juro fixa**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
6911	Juros de financiamento obtido	50.000,00	
6911x	Comissão	4.601,00	
12	Depósito a Ordem		50.000,00
2311x	Empréstimo Bancário - Comissão		4.601,00

Fonte: Elaboração própria.

**3) Em 31 de Dezembro de 2014, pelo reconhecimento de juros e comissão.**

**Tabela 23: Reconhecimento de juros e comissão no ano 2014 – taxa de juro fixa**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
6911	Juros de financiamento obtido	50.000,00	
6911x	Comissão	4.857,35	
12	Depósito a Ordem		50.000,00
2311x	Empréstimo Bancário - Comissão		4.857,35

Fonte: Elaboração própria.

**4) Em 31 de Dezembro de 2015, pelo reconhecimento de juros e comissão.**

**Tabela 24: Reconhecimento de juros e comissão no ano 2015 – taxa de juro fixa**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
6911	Juros de financiamento obtido	50.000,00	
6911x	Comissão	5.127,97	
12	Depósito a Ordem		50.000,00
2311x	Empréstimo Bancário - Comissão		5.127,97

Fonte: Elaboração própria.

**5) Em 31 de Dezembro de 2016, pelo reconhecimento de juros e comissão e ainda do reembolso da dívida no montante de 1.000.000\$00.**

**Tabela 25: Reconhecimento de juros, comissão e reembolso da dívida no ano 2016**

Nº Conta	Nome da conta	Débito	Crédito
6911	Juros de financiamento obtido	50.000,00	
6911x	Comissão	5.413,68	
2311	Empréstimo Bancário - BCA	1.000.000,00	
12	Depósito a Ordem		1.050.000,00
2311x	Empréstimo Bancário - Comissão		5.413,68

Fonte: Elaboração própria.

## **Capítulo 4 Principais Conclusões e Recomendações**

Este Capítulo apresenta as considerações finais sobre o trabalho desenvolvido e os resultados obtidos na análise prática da contabilização de alguns instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e imparidade de acordo com o SNCRF de Cabo Verde. De referir, o novo Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro, a abordagem às contribuições do trabalho para a comunidade académica e profissional, as limitações e críticas encontradas ao longo do trabalho e apontar sugestões para possíveis trabalhos futuros bem como a conclusão final.

### **4.1 Contribuição para a Comunidade Académica**

Com a elaboração deste trabalho de fim de curso, pretende-se fornecer à comunidade académica, em especial aos estudantes do curso contabilidade e administração e cursos afins, material de análise e, quem sabe, servir de pista e fonte para elaboração de futuros trabalhos de pesquisa académica, uma vez que, se pretende dar uma visão mais ampla sobre o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e a imparidade provenientes desses instrumentos de acordo com a nossa norma de relato financeiro. Para a comunidade profissional, pretende-se dar a conhecer e permitir uma maior reflexão sobre a importância do tema, visto que, se trata de um tema muito complexo e que está em constante mudança, e é preciso acompanhar a evolução das normas quer internacional quer nacional, sobre instrumentos financeiros e aplica-las de acordo com a realidade cabo-verdiana.

### **4.2 Limitações encontradas**

Foram várias as limitações e as dificuldades encontradas ao longo da realização deste TFC. Entre elas destacam-se os poucos estudos existentes em Cabo Verde sobre o tema não permitindo comparar e nem aprofundar algumas das conclusões obtidas neste trabalho, a dificuldade na obtenção de bibliografia e dados sobre a matéria em estudo, nomeadamente aquando da aplicação da NRF 16 no que diz respeito ao método de custo amortizado visto tratar-se de um tema actual e as dificuldades são maiores, a limitação do número de páginas que fosse possível aprofundar mais o tema e a formulação global deste trabalho.

### **4.3 Recomendações e sugestões para trabalhos futuros**

Os resultados obtidos não esgotam o assunto, mas sim instigam à realização de novas pesquisas sobre a contabilidade dos instrumentos financeiros. A contabilidade ainda tem muito a oferecer para o entendimento do tema, contudo, atendendo à importância do tema, a sua constante evolução, e o nível de aprendizagem adquirido e proporcionado pelo estudo desta matéria, leva-nos a sugerir que muitos outros temas sejam objectos de trabalhos futuros, como sendo:

- Aplicação do custo amortizado e imparidade aos instrumentos financeiros detidos pela banca;
- Substituição da IAS 39 – Reconhecimento e Mensuração pela IFRS 9 – Instrumentos Financeiros;
- O justo valor dos instrumentos financeiros;
- Os instrumentos financeiros negociados publicamente;
- Os efeitos fiscais da aplicação da NRF 16,

pelo que este trabalho está longe de englobar todas as vertentes e minúcias existentes sobre o tema. A medida que se foi desenvolvendo o trabalho denotou-se que o tema em questão acaba por de alguma forma ter raízes em outros temas igualmente importantes e que não se podia descurar sua abordagem. Tentou-se apresentar, de forma mais global, em muitos pormenores, o que abre um leque de possibilidades para novas pesquisas.

### **4.4 Conclusões finais**

Com base neste trabalho podemos concluir que, a nova dinâmica vivida em Cabo Verde, traz consigo a necessidade de uma informação com mais qualidade e transparência, e que com a aprovação do novo SNCRF veio melhorar a qualidade do relato financeiro, proporcionando uma informação que seja útil aos utentes na tomada de decisão a nível mundial retratando da melhor forma o efeito das transacções, assim como na preparação de demonstrações financeiras.

É de destacar, o papel desempenhado pelos organismos da harmonização contabilístico, principalmente o IASB, que foram responsáveis pelo desenvolvimento de um conjunto de regras e princípios que devem ser seguidos em diferentes países ou mercados.

Na verdade, a expansão e a globalização da economia, têm vindo a influenciar os sistemas contabilísticos nacionais e internacionais, trazendo alterações resultantes das adaptações às normas internacionais de contabilidade, nomeadamente a norma dos instrumentos financeiros e que no nosso referencial contabilístico é tratado na NRF 16 e que é baseado nas seguintes normas internacionais: IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Divulgação de Informações.

É de notar que os instrumentos financeiros constituem uma área de grande complexidade, visto que, a cada dia são criados novos instrumentos financeiros, com isso os profissionais de contabilidade têm muita dificuldade em acompanhar essa evolução.

É de frisar ainda que a contabilidade se encontra em constante evolução, sendo que, a preocupação com a informação financeira para a tomada das decisões tem originado a procura do melhor método para registo e valorização dos instrumentos financeiros, daí com a implementação do novo SNCRF o conceito de custo amortizado e imparidade atinge maior relevância, mostrando ser um elemento fundamental na valorização dos instrumentos financeiros.

Tendo em conta que as exigências do IAS 39 têm sido consideradas complexas, e que trazem dificuldade de entendimento, interpretação e aplicação, levando em consideração as críticas dos usuários das demonstrações financeiras no sentido de desenvolver normas baseados em princípios e menos complexos, como parte do projecto de revisão da IAS 39, em Novembro de 2009, foi emitida a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Essa norma introduz novos requisitos para classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. De entre as mudanças, está a eliminação das quatro categorias de classificação dos activos financeiros, previstas pelos IAS 39 - activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos detidos até maturidade, empréstimos e contas a receber e por ultimo activos disponíveis para venda, e introdução de apenas duas categorias - activos financeiros mensurados ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de resultados.



Conclui-se que a IFRS 9 é mais restritiva quanto as reclassificações dos activos e passivos financeiros, quando comparada à IAS 39.

No que se refere aos objectivos da revisão de IAS 39, podemos concluir que há uma percepção de melhoria, com a introdução de IFRS 9, em especial para atingir o objectivo de redução do número de categorias de classificação dos activos e passivos financeiros, sendo certo, que ainda é cedo para afirmar que a mudança introduzida produz uma redução na complexidade dos instrumentos financeiros, visto que a sua adopção está prevista para períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2015.

É de realçar que, as normas aplicáveis em Cabo Verde (NRF e IAS/IFRS) definem que custo amortizado é a quantia pela qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método de juro efectivo, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (directamente ou por meio de uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

De um modo geral, a mensuração dos instrumentos financeiros ao custo amortizado implica a utilização do método de taxa de juro efectiva menos qualquer perda por imparidade, sendo que o método de taxa de juro efectiva distribui os pagamentos e recebimentos dos juros ao longo do período do instrumento financeiro aplicando a taxa de juro efectiva ao valor a transportar do activo ou do passivo de cada período, e a imparidade representa uma redução no valor de um activo financeiro ou seja reflecte a depreciação (perda permanente) do valor de um activo financeiro e que verifica quando a quantia recuperável for superior ao seu valor contabilístico.

Por fim, os casos práticos realizados permitiram demonstrar a aplicação prática do novo SNCRF na parte que se refere aos instrumentos financeiros mensurados ao custo e ao custo amortizado. Podemos constatar que uma entidade que usa o método do custo amortizado reconhece os activos financeiros ou passivos financeiros pelo seu valor líquido no balanço enquanto que, uma entidade que usa o método de custo reconhece os activos financeiros ou passivos financeiros pelo seu valor bruto, e o componente de financiamento é reconhecido em deferimentos. Também podemos constatar que uma entidade que utiliza este método (Custo Amortizado) é capaz de fornecer aos utentes do relato financeiro uma informação financeira de qualidade, ou seja uma informação fidedigna, transparente, tempestiva e

sobretudo, uma informação compatível com os padrões internacionais e que ainda é capaz de auxiliar os utentes na tomada de decisão, proporcionando uma informação que seja útil acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações financeiras de uma entidade.

No que se refere à perda por imparidade, à data de cada período de relato financeiro, uma entidade deve avaliar a imparidade de todos os activos financeiros e reconhecer perdas por imparidade de um activo financeiro mensurado ao custo ou ao custo amortizado, sempre que haja evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos esteja em imparidade, e aquando da reversão, a quantia deve ser reconhecida na demonstração de resultados.

## **Referências bibliográficas**

Almeida, Rui M.P et al.(2010),SNC Casos práticos e exercícios resolvidos. ATF - Edições Técnicas.

Almeida, Rui M.P; e Barros ,Argentina F.L. (2009). O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro - SNCRF- de Cabo Verde. ATF - Edições Técnicas,.

Almeida, Rui.M.P.; Dias, Ana Isabel, e Carvalho, Fernando. ( 2009) O Novo Sistema de Normalização Contabilística - SNC explicado. ATF - Edições Técnicas.

Alves, Sandra Maria Geraldês. (2006). Resultados por Acção Especial ênfase na análise da NIC 33. Lisboa: Publisher Team.

Borges, António; Rodrigues, Azevedo e Rodrigues, Rogérios (2007). Elementos de Contabilidade Geral, 24.<sup>a</sup> edição. Áreas Editora, SA.

Correia, Maria Luisa Anacoreta (2000). Instrumentos Financeiros Derivados Enquadramento Contabilístico e Fiscal, Universidade Católica Editora

Ferreira, Domingos (2011). Instrumentos Financeiros 1<sup>a</sup> edição, Letras e Conceitos Lda.

Fortes, Francisco Lima, Revista Iniciativa n<sup>a</sup> 24 Janeiro-Fevereiro de 2009, Cabo Verde: Novo Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro.

Pires, Jorge, e Gomes, João (2010). SNC – Sistema de Normalização Contabilística – Teoria e Prática 3<sup>a</sup> Edição. Vida Económica - Editorial, SA,.

Pires, Jorge, e Gomes, João (2011). SNC – Sistema de Normalização Contabilística – Teoria e Prática 4<sup>a</sup> Edição. Vida Económica - Editorial, SA,.

Rodrigues, João (2009). Sistema de Normalização Contabilística Explicado. Porto Editora.

Silva, Eduardo Sá, e Cruz, Inês (2011). Custo Amortizado e Imparidade:Desenvolvimentos Previsíveis. Vida Económica - Editorial, SA,.

Silva, Eusébio pires da; Jesus, Tânia Alves de; e Ana Cristina Pires da Silva (2010). Contabilidade Financeira,. Letras e Conceitos Lda.

## SITES

[www.fasb.org](http://www.fasb.org)

[www.oppac.cv](http://www.oppac.cv)

[www.vidaeconomica.pt](http://www.vidaeconomica.pt)

IAS 32, IAS 39 e IFRS 7, [www.iasb.org](http://www.iasb.org) (consultado a 02/01/2013)

História de criação das normas IAS/IFRS,

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Normas\\_internacionais\\_de\\_contabilidade](http://pt.wikipedia.org/wiki/Normas_internacionais_de_contabilidade) (consultado em 03/01/2013)

Regulamento (CE) nº 1606/2002

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2002:243:0001:000:pt:PDF>

Regulamento (CE) nº 1725/2003

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=celex:32003r1725:PT:HTML>

Regulamento (CE) nº 2086/2004

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2004:363:0001:0065:PT:PDF>

Regulamento (CE) nº 2237/2004

<http://eurlex.europa.eu/staging/Notice.do?mode=dbl&lang=pt&ihmlang=pt&lng1=pt,pt&lng2=bg,cs,da,de,el,en,es,et,fi,fr,hu,it,lt,lv,nl,pl,pt,ro,sk,sl,sv,&val=393801:cs&page=>

[http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_2237\\_2004\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_2237_2004_IAS.pdf)

Regulamento (CE) nº 1751/2005

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32005R1751:PT:HTML>

<http://eurlex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=pt&ihmlang=pt&lng1=pt,pl&lng2=bg,cs,da,de,el,en,es,et,fi,fr,hu,it,lt,lv,nl,pl,pt,ro,sk,sl,sv,&val=427131:cs&page=>

Regulamento (CE) nº 1864/2005

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:299:0045:0057:PT:PDF>

Regulamento (CE) nº 2106/2005

[http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_2106\\_2005\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_2106_2005_IAS.pdf)

Regulamento (CE) nº 108/2006

<http://eurlex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=pt&ihmlang=pt&lng1=pt,es&lng2=bg,cs,da,de,el,en,es,et,fi,fr,hu,it,lt,lv,nl,pl,pt,ro,sk,sl,sv,&val=421278:cs>

[http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_SIC/Reg\\_108\\_2006\\_IAS.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_SIC/Reg_108_2006_IAS.pdf)

Ministério das Finanças de Cabo Verde.

[http://www.minfin.gov.cv/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=167](http://www.minfin.gov.cv/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=167)

Consultado em (10/01/2013) às 18:32.

### **Legislação**

CABO VERDE. Decreto-Lei nº 4/84 de 30 de Janeiro – Plano Nacional de Contabilidade.

CABO VERDE. Decreto-Lei nº 5/2008 de 04 de Fevereiro – Adopção do Novo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

CABO VERDE. Decreto-Lei nº 43/2008 de 01 de Dezembro – Comissão Nacional de Normalização Contabilística.

CABO VERDE. Decreto-Lei nº 12/2000 de 28 de Fevereiro – Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados.

CABO VERDE. Decreto-Lei nº 37/92 de 16 de Abril – Regime dos Técnicos de Contas.

CABO VERDE. Portaria nº 62/88 de 31 de Dezembro – Regulamento sobre Limites de Provisões.

CABO VERDE. Portaria nº 3/84 de 28 de Janeiro – Regulamento sobre as taxas para as reintegrações e amortizações.

### **Seminários**

Carvalho, Fernando. – Instrumentos Financeiros, Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associados, Investimentos em Subsidiárias e Consolidação, ISCEE Praia, 08 e 09 de Novembro de 2012.